

**A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL CARENTE DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

**CADERNO DE PESQUISA
N. 17**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – NEPP**

1989

**MARIA DE FÁTIMA CHAVES BARROS SILVA
EDUARDO G. NORONHA**

Instituição responsável
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas- NEPP - UNICAMP

Coordenador do NEPP
Prof. Dr. Pedro Luiz Barros Silva

Coordenador Associado
Profa. Dra. Gilda Portugal Gouvêa

Centro interdisciplinar de pesquisa especializado em estudos e investigações de acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas e programas governamentais. Entre suas preocupações e interesses prioritários, destacam-se as avaliações de processos de implementação de reformas e inovações de *policies* e de programas e projetos de enfrentamento da pobreza. No período recente, desenvolveu, entre outros os seguintes projetos:

- Avaliação da Descentralização de Recursos do FNDE e da Merenda Escolar. Convênio INEP/MEC (1997-1998).
- Desenho e Implantação de Estratégia de Avaliação dos Programas Sociais Prioritários do Governo Federal Brasileiro. Convênio BID/UNESCO/Gov. Brasileiro (1998).
- A Educação básica e secundária no Brasil: evolução recente. Convênio MEC/UNESCO (1997).
- Avaliação da Descentralização das Políticas Sociais no Brasil: Saúde e Educação Fundamental - estudos municipais. Convênio Cepal (1997).
- Avaliação do Processo de Implementação do Projeto "Inovações no Ensino Básico" e de algumas Medidas da Escola-Padrão no Estado de São Paulo. Convênio BIRD (1994/1996).

Os cadernos de Pesquisa do NEPP, escritos pelos professores, pesquisadores, estudantes de pós graduação, e outros membros associados, aparecerá intermitentemente. Alguns serão comunicações de pesquisa preliminares em andamento, ou explorações de idéias teóricas, e a sua publicação visa a estimular discussão e gerar críticas úteis. Como resultado de tais discussões e críticas, é provável que apareçam publicações de versões mais elaboradas em outra parte.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – NEPP

EQUIPE TÉCNICA

Coordenadora: Profa. Dra. Sônia M. Draibe

Coordenadora Adjunta: Prof. Maria Helena Guimarães de Castro

Conselho Técnico: Profa. Dra. Ana Maria Canesqui

Profa. Dra. Argelina Figueiredo

Prof. Dr. Vilmar Faria

PESQUISADORES:

Ana Maria M. da Fonseca

Ana Luiza D'Ávila Viana

Célia Soibermann Melhem

Cibele Andrade Macchi

Eduardo G. Noronha

Ester A. Viana

José Roberto Rus Perez

Marcos de Souza Queiroz

Maria Erlinda D. Cassab

Marta Teresa S. Arretche

Sonia Mahas de Carvalho

APOIO ESTATÍSTICO, OPERACIONAL E PROCESSAMENTO DE DADOS:

Isabella Carvalho Breves

José Luiz Llanos Carrilo

Maria Aparecida Godoy Marques

Maria de Fátima C. Barros Silva

Stella M. Silva Telles

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO:

Gerência de Pesquisa: Silva M. P. Véspoli Godoy

Gerência Financeira: Maria Elvira Salles Mazzucchelli

Elizabeth de Moraes Ferrari

Ortencia L. Martins Freitas

Sonia Maria da Silva

ESTAGIÁRIOS:

Beatriz C. Porto

Enio Samuel Lorenzetti

Gabriela S. Taronco

Isabel Ferreira

Lara A. Clivelaro

Lucas A. Callegari

Luciana Bernardo Miotto Marisa Guimarães

Marisa R. R. do Nascimento

Vinicius Casas

William Lonzar

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – NEPP

DIRETORA

SÔNIA MIRIAM DRAIBE

CONSELHO EDITORIAL DOS CADERNOS DE PESQUISA DO NEPP

ARGELINA MARIA CHEIBUB FIGUEIREDO

CÉLIA SOBELMANN MELHEM

EDITOR

MARCOS DE SOUZA QUEIROZ

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

REITOR

CARLOS VOGT

COORDENADORIA GERAL DA UNIVERSIDADE

JOSÉ MARTINS FILHO

PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO

ADALBERTO B. M. S. BASSI

PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

JOSÉ DIAS SOBRINHO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

ARMANDO TURTELLI JUNIOR

PRÓ REITORIA DE DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO

CARLOS EDUARDO DO NASCIMENTO GONÇALVES

SÉRIE SÃO PAULO

APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - NEPP tem se dedicado tradicionalmente a pesquisas no campo das políticas sociais e, de início, dedicou-se aos estudos de âmbito federal. Esta linha de trabalho está refletida principalmente no Relatório sobre a Situação social do País, publicado anualmente, Artigos e Textos parciais derivados daqueles estudos têm sido Publicados em NEPP - Cadernos de Pesquisa.

Nos anos recentes, tem se voltado também para a análise e avaliação das políticas sociais no estado de São Paulo. Deste modo, vem desenvolvendo uma série de pesquisas centradas nas políticas de âmbito estadual, destacando-se as seguintes: "Padrão de Intervenção Social do Estado de São Paulo (1983-1986)"; "Governo do Estado de São Paulo, Área Social; Políticas, Programas e Atividades; Acompanhamento, Avaliação e Novos Instrumentos de Análise (1987-1988)"; "Avaliação da Implantação de um novo Modelo de Saúde em São Paulo (1983-1987) - O Programa Metropolitano de Saúde: Novas Formas de Intervenção Estatal na Área de Saúde"; "Experiência de Descentralização nos Programas de Alimentação do Governo do Estado de São Paulo"; "A Política Social no Estado de São Paulo - Bibliografia Comentada"; "Desenvolvimento de Metodologia para a Elaboração do Sistema. de Procedimentos Para Avaliação de Políticas Sociais no Estado de São Paulo"; "O Programa Metropolitano de Saúde: avaliação da nova forma de intervenção estatal na área de saúde, 1982-1989"; "Avaliação da Implantação da Jornada Única no Estado de São Paulo"; "A Situação do Menor no Estado de São Paulo"; "Necessidades Sociais Básicas"; "SP-21".

Este esforço consolidou a linha de pesquisa sobre "Política Social no Estado de São Paulo" no âmbito do NEPP. A Série São Paulo, parte integrante dos Cadernos de Pesquisa, vem, portanto, revelar nossas reflexões, fruto do conjunto de pesquisas realizadas em torno desse eixo de análise. Trata-se de um conjunto de Cadernos de Pesquisa dedicado à análise das condições de vida da população do estado e à avaliação da ação governamental no domínio das políticas de proteção social. Desejamos que esta coleção seja útil a todos aqueles que têm se interessado pelo desafio da elevação dos padrões de vida da população brasileira.

(*) Este trabalho se beneficiou do esforço conjunto dos coordenadores de pesquisa e pesquisadores do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - NEPP/UNICAMP.

MARIA DE FÁTIMA CHAVES BARROS SILVA*

EDUARDO NORONHA

A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL CARENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

* Pesquisadores do NEPP.

** Agradecemos a colaboração de Isabella e Stella no processamento dos dados, de Célia na revisão do texto e as sugestões e comentários de Vilmar Faria e Sônia Draibe.

ÍNDICE

A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL CARENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	1
4.1. POPULAÇÃO.....	2
4.2. A RENDA FAMILIAR.....	3
4.3. A MORTALIDADE INFANTIL.....	4
4.4. A IDADE ESCOLAR.....	7
4.4.1. As crianças de 5 a 6 anos.....	7
4.4.2. As crianças de 7 a 9 anos.....	8
4.5. TRABALHO E ESTUDO DOS JOVENS DE 10 A 17 ANOS.....	10
4.6. NOTAS.....	17
4.7. BIBLIOGRAFIA.....	19
Quadros	21
Tabelas	23
Mapas	48
Gráficos	51
NÚMEROS ANTERIORES DOS CADERNOS DE PESQUISA DO NEPP	57

A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL CARENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este texto representa o esforço preliminar de construção de um conjunto de indicadores que retratem sinteticamente as condições sociais da população do Estado de São Paulo. Nesta primeira versão, destacamos algumas características da população jovem e sua evolução na década de 80.

No primeiro item, apresentamos a distribuição da população segundo as Regiões Administrativas do Estado, sua evolução nas décadas passadas e as estimativas projetadas para o ano 2000, destacando ainda as razões do esperado declínio das taxas de crescimento da população.

Na segunda parte, "Famílias e Menores", procura-se quantificar as famílias carentes do Estado, segundo diferentes cortes de renda, apontando para a existência de maior concentração de menores que maiores de idade vivendo em famílias de baixa renda.

A terceira parte retrata e analisa a evolução das taxas de mortalidade infantil das Regiões Administrativas do Estado nos anos 80, bem como a evolução do grau de heterogeneidade existente entre as taxas dessas Regiões. Por fim, discute o peso relativo dos fatores endógenos e exógenos na determinação da mortalidade

O quarto item, "A Idade Escolar", procura mapear o grau de dificuldade de acesso à escola (ou de permanência) encontrado pelas crianças menores de 10 anos, segundo diferentes cortes de renda familiar. Trata, portanto, das crianças em idade pré-escolar ou em idade de freqüentar os anos iniciais do primeiro grau. São apresentadas também as alterações dos índices de analfabetismo da população jovem do Estado de São Paulo.

A última parte analisa as relações entre renda familiar, freqüência à escola e inserção no mercado de trabalho das crianças de 10 a 14 anos e dos jovens de 15 a 17 anos, além de apresentar um conjunto de indicadores relativos ao emprego dos menores, tais como a PEA relativa, a proporção de jovens no mercado formal, as médias salariais e do número de horas trabalhadas e a proporção de contribuintes da previdência.

Por fim, deve-se esclarecer que a variedade dos indicadores aqui apresentados, e sua disponibilidade, impediu sua padronização, seja quanto às séries temporais apresentadas, aos anos tomados como parâmetros ou quanto às Regiões do Estado examinadas. Assim, por exemplo, alguns temas são analisados para todas as Regiões Administrativas do

Estado, enquanto outros restringem-se à análise comparativa entre o Estado e a Região Metropolitana de São Paulo.

4.1. POPULAÇÃO

A estimativa da população do Estado São Paulo para 1990 é 33,2 milhões de habitantes, 52,5% deles concentrados na Grande São Paulo. A segunda maior região do Estado, Campinas, concentra 13% da população total e espera-se que, na próxima década continue elevando sua participação relativa, bem como outras três regiões de porte médio, que agrupa, cada uma delas, entre 4,5 e 6,0% da população Estado: Litoral, Vale do Paraíba e Sorocaba (Tabela 1). Por outro lado, prevê-se que as regiões de menor peso populacional em 1980 terão sua participação ainda mais reduzida no ano 2000: São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília.

O crescimento populacional estimado para o Estado de São Paulo na década de 80 é de 2,87% ao ano, o que representa uma redução significativa em relação à década anterior. Regionalmente, a expectativa é de que as taxas de crescimento da Grande São Paulo continuem sendo superiores às do Interior, até 1995. O quinquênio 1995-2000 representaria o momento de inflexão desta tendência, quando o diferencial entre as taxas possivelmente será menor, e a taxa geométrica anual de crescimento do Interior poderá ser levemente superior à da Região Metropolitana: 1,89 e 1,88, respectivamente (Tabelas 2, 2a e Gráfico 1).

O declínio das taxas de crescimento da população paulista – bem como da brasileira – verificado no passado recente e à interação de três fatores: as quedas da fecundidade e da mortalidade, e a diminuição da migração para o Estado.

Apesar de persistir a importância da migração interregional, mais da metade do incremento populacional do Estado é atribuído ao saldo vegetativo. Entre todas as regiões paulistas, apenas a Grande São Paulo e Campinas apresentam saldos vegetativos inferiores aos migratórios¹.

Essa dinâmica permite projetar tendências que alteram significativamente o perfil populacional tradicional do Estado (assim como o do país): curvas declinantes no que se

refere à participação do jovem no total da população e envelhecimento progressivo desta, como atestam os gráficos 2 e 3.

No que se refere às taxas de fecundidade no Estado de São Paulo, Cano e Pacheco (1990) mostram que elas permanecem constantes no início dos anos 80, apresentando um declínio significativo (cerca de 20%) a partir de 1983, situando-se, em 1985, no patamar de 2,7 filhos por mulher – taxa inferior à média nacional, mas ainda elevada quando comparada a países desenvolvidos.

Quanto à mortalidade, sabe-se que tem registrado tendência para queda progressiva no Estado de São Paulo. Os níveis de esperança de vida ali verificados no período recente têm sido superiores à média brasileira: 63,3 anos para os homens e 70 anos para as mulheres, contra 61,5 e 65,4, respectivamente, para o conjunto do país. Essa tendência, entretanto, não ocorre de modo homogêneo em todo o Estado. Níveis elevados de esperança de vida têm sido registrados nas regiões de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente (67,6 anos para os homens e 74 anos entre as mulheres). As regiões de Campinas, Bauru e Marília devem registrar, em 1990, níveis intermediários de mortalidade, atingindo uma esperança de vida média e 66 anos para os homens e 73 anos para as mulheres. As regiões da Grande São Paulo, Litoral, Vale do Paraíba e Sorocaba, com acentuado desenvolvimento urbano-industrial, é que têm apresentado as taxas mais elevadas de mortalidade.

4.2. A RENDA FAMILIAR

Em 1986 viviam no Estado de São Paulo cerca de 8 milhões de famílias e quase 65% delas tinham menores de idade entre seus membros, índice levemente superior ao da Grande São Paulo. A família média paulista é composta por 4 pessoas, 2,2 delas menores, e isto vale tanto para o Estado quanto para a Região Metropolitana (Quadro I).

Pouco mais de 30% dessas famílias podem ser caracterizadas como de baixa renda, isto é, contam com até 1 salário mínimo (SM) per capita de renda familiar². Considerando-se as diferentes faixas de renda por salário mínimo, observa-se que, entre 1981 e 1986, houve melhoria da renda média familiar do Estado. Ocorre que o valor real do SM decresceu 24,4% nesse período, o que torna essa evolução apenas aparente. De qualquer forma, a

elevação da renda, mesmo que aparente, foi maior no Estado que na Região Metropolitana (Tabela 3).

Cabe assinalar ainda outro aspecto importante: dos 10,176 milhões de pessoas que vivem em famílias de baixa renda no Estado de São Paulo, quase metade tem menos de 18 anos. No total da população, entretanto, é proporcionalmente maior o número de menores de baixa renda do que o de maiores: 44,0% contra 27,5% (Tabela 4). Discriminado por grupos etários, constata-se que par as três faixas mais jovens (tal como definido na Tabela 4) a proporção de menores de baixa renda da população é bastante semelhante, flutuando entre 45,7% e 47,0%. Aumentando a idade, entretanto, ela começa a decrescer: 44,1% para as crianças de 10 a 14 anos, 34,3% para os jovens de 15 a 17 anos e 27,5% para os adultos. Três fatores influenciam tal resultado. O primeiro, mas talvez o menos importante, é que as taxas de natalidade são maiores para os grupos de baixa renda. Em segundo lugar, verifica-se que a entrada na adolescência marca a inserção no mercado de trabalho para a maioria dos jovens de baixa renda, elevando os ganhos familiares. Mas a baixa remuneração desses jovens (discutida adiante), talvez reduza consideravelmente seu impacto financeiro na família. Mas importante, talvez, seja a hipótese sugerida, ainda que em outro contexto analítico, por Juarez Brandão Lopes³, da existência de correlações e entre rendimentos e diferentes momentos do "ciclo vital" das famílias. Por exemplo, os recursos financeiros de um casal jovem, galgando os primeiros postos de trabalho e com filhos pequenos, tendem a se elevar com seu envelhecimento, quando possivelmente terão ascendido na hierarquia profissional e os filhos casados.

4.3. A MORTALIDADE INFANTIL

A taxa de mortalidade infantil – TMI – no Estado de São Paulo apresenta um comportamento decrescente contínuo, baixando de 51,21 para 33,50 óbitos por mil nascidos vivos (NV), o que representa um decréscimo de 34,58% entre o início da década e o ano de 1988 (-5,17% ao ano). Nestes oito anos, a única exceção aconteceu em 1984, principalmente devido ao incremento da taxa para a Região da Grande São Paulo.

Importa observar, entretanto, que tal incremento provavelmente ocorreu exclusivamente em algumas áreas periféricas da Região Metropolitana, pois, entre 1975 e 1984, embora a mortalidade tenha caído em todos os distritos e municípios da Região, aumentaram os

diferenciais das taxas de mortalidade infantil das áreas centrais e das periféricas ou, até mesmo, entre diferentes áreas periféricas. Portanto, comparativamente, houve uma tendência à heterogeneização das taxas de mortalidade infantil ⁴.

Para o Estado como um todo, o descenso observado manifesta-se a partir de 1975, quando a taxa de mortalidade infantil era de 85 óbitos por 1000 NV (Gráfico 4). Ele resulta dos diferentes níveis de queda registrados nas onze Regiões Administrativas do Estado, situando-se como valor intermediário entre as quedas de 45,86% na R. A. de Marília e 22,42% de Ribeirão Preto (Tabela 5).

Essa variação acentuada entre os diferentes percentuais de queda da mortalidade pelo Estado origina, em 1988, um panorama de maior homogeneidade entre a TMI das regiões administrativas do que em 1980. No início da década, a taxa de variação entre as regiões de maior e menor mortalidade infantil (Sorocaba e Ribeirão Preto, respectivamente) era de 48,54% o que significava um diferencial de 32,31 óbitos por 1000 NV. Em 1988, a amplitude desse intervalo passa a 13,09 óbitos por 1000 NV (taxa de variação de 33,14%), com a região de Araçatuba apresentando a menor taxa do Estado (Tabela 5).

Na tentativa de mapear a mortalidade infantil no Estado, obteve-se uma divisão em três macro regiões distintas, que se mantém inalterada ao longo da década (Mapa 1):

I – Uma, em que a taxa é mais baixa, compreendendo as regiões administrativas de Ribeirão Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto;

II – Outra, em que a taxa se situa a nível intermediário, formada pelas Regiões Administrativas de Marília, Bauru, Campinas e Vale do Paraíba;

III – Uma terceira, em que a taxa é mais alta, englobando as Regiões Administrativas da Grande São Paulo, Litoral e Sorocaba.

As posições se modificaram internamente a cada grupo, durante o período considerado, resultando no seguinte panorama:

Grupo I – Ele inicia a década com taxas de mortalidade infantil inferiores a 41 óbitos por 1000 NV – as menores do Estado. Esperava-se, portanto, um decréscimo mais lento nesta região, se comparada aos outros dois grupos. E isso realmente aconteceu. A maior variação de queda ocorreu na R. A. de Araçatuba que, como foi dito anteriormente, passa a apresentar a menor taxa de mortalidade infantil do Estado;

Grupo II – A variação inter-regional da TMI desse grupo, em 1980, é da ordem de 25%, resultante da comparação entre Marília e Campinas. Em 1988 a diferença cai para 7%. A principal contribuição para esta maior homogeneidade é o nível de queda da TMI da R. A. de Marília que, nesse período, foi de quase 46%.

Grupo III – Entre 1980 e 1988, constata-se uma queda de 41% (em torno de 25 óbitos/1000 NV) na TMI da Região Administrativa do Litoral, passando a ser a Região com a melhor taxa desse grupo. No mesmo período, a Grande São Paulo teve menor redução (33,31%) que as outras duas regiões deste grupo, passando do melhor para o segundo posto. Tal evolução implicou na diminuição da heterogeneidade interna das taxas de mortalidade infantil (de 17% em 1980 para 9% em 1988), embora menos expressiva que a verificada para as regiões do grupo II.

A comparação por causas de morte dos percentuais de óbitos do Estado e de suas Regiões Administrativas, no período 1980-1984, revela uma diminuição da participação relativa da mortalidade advinda de fatores exógenos (relativos às condições de vida e ao meio ambiente e, em particular, à disponibilidade de saneamento básico e de assistência médica preventiva). Ou seja, reduziram-se os óbitos derivados de moléstias infecciosas e parasitárias, e os resultantes de doenças do aparelho respiratório. Nesses 4 anos, apresenta queda mais significativa as mortes mais imediatamente decorrentes das condições de saneamento, a saber, as moléstias infecciosas e parasitárias. O gráfico 5 confirma, para o Estado, esta análise. O mesmo gráfico, entretanto, aponta para uma certa manutenção da mortalidade conseqüente de fatores endógenos (ligados à evolução da gestação e ao parto e, portanto, mais dificilmente preveníveis), a ponto de, a partir de 1975, estes se tornarem preponderantes para a determinação da taxa de mortalidade infantil. Estado estabilização acarreta um incremento na participação relativa das doenças perinatais, indicando uma situação ainda desfavorável em relação à assistência médica pré—natal, ao parto e ao recém-nascido.

Em concordância com FERREIRA (1989) – que considera os fatores exógenos os de maior facilidade preventiva – é lícito supor que o mapeamento da mortalidade infantil do Estado talvez pudesse ser alterado em curto prazo, através de melhores condições de saneamento e pela implementação de programas de atendimento de saúde de grande cobertura populacional, principalmente no Litoral, Sorocaba e Grande São Paulo. São estas, dentre as onze regiões do Estado, as que apresentam os maiores percentuais de óbitos por moléstias infecciosas e parasitárias, em relação à mortalidade infantil total (Mapa 2). Segundo ORTIZ

& YAZAKI (1984), "a mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, principalmente a diarreia, poderia ser totalmente evitada, dado que essas são causas de morte possíveis de se eliminar na atualidade".

Em contrapartida, torna-se mais difícil a continuidade da queda da taxa de mortalidade infantil para o Vale do Paraíba – mesmo que a níveis menos acentuados – dado que a mortalidade nesta região passou a ter como fator preponderante as doenças perinatais (Mapa 3 e Tabelas 6 e 7).

Conforme afirma CESAR (1989), "... a manutenção do decréscimo da mortalidade infantil, no que se refer ao Estado, depende basicamente de dois aspectos principais: a redução mais acentuada da mortalidade pós-neonatal dos grupos de baixa renda e um avanço significativo no controle das mortalidades perinatal e neonatal"⁵.

4.4. A IDADE ESCOLAR

4.4.1. As crianças de 5 a 6 anos

No Estado de São Paulo, em 1986, viviam 1.381.795 crianças de 5 a 6 anos (Tabelas 8 e 8a). Destas, 47% pertenciam a famílias de baixa renda – até 1,0 SM per capita (Tabela 9a). São crianças na fase da pré-escola, cuja oferta, embora superior à das creches, mantém-se bastante aquém da demanda: 53,2% deste grupo etário não freqüenta a pré-escola, seja pública ou privada (Tabela 13). Note-se, porém, que a taxa de freqüência à escola é fortemente diferenciada pela renda. "Apenas" 27,0% das crianças de 5 ou 6 que dispõem de mais de 2 SM per capita estão fora do sistema escolar, ao passo que para o segmento de até 1/2 salário esta taxa é quase três vezes superior: 76,7% (Tabela 11). Portanto, são justamente as crianças mais dependentes de cuidados extra-familiares as mais afetadas pela baixa oferta de pré-escolas.

Dentre o total de 1,381 milhão de pessoas de 5 ou 6 anos (Tabela 9), 452 mil vivem simultaneamente duas "situações precárias" (Tabela 12), isto é, pertencem a famílias de baixa renda (até 1,0 SM) e não freqüentam escolas, o que representa 32,8% do total (Tabela 13). Se adotarmos o teto de 2 SM como critério de baixa renda, esta proporção sobe para 46,9%.

4.4.2. As crianças de 7 a 9 anos

Este grupo, composto em 1986 de 1,974 milhão de crianças, tem como marca a entrada no ensino primário obrigatório.

Como se sabe, nesta faixa etária há o menor índice de ausência à escola, 8,1% (Tabela 11). Mas interessa observar que o "efeito renda" é, neste caso, particularmente significativo: para cada subida no degrau da renda, a ausência escolar reduz-se mais ou menos pela metade. Da menor para a maior faixa de renda os índices são: 20,3%, 9,5%, 4,1% e 2,1% (Tabela 11). Isto evidencia que parte das famílias que dispõem de 1 a 2 salários per capita (portanto entre 4 e 8 SM de renda familiar total), que normalmente são consideradas de "renda média", também depara com o obstáculo financeiro para a manutenção de seus filhos na escola. A condição econômica só deixa de ser (ou está próxima disso) fator impeditivo da escolarização quando as famílias dispõem de mais de 2 salários per capita. Confirma esta idéia o fato de que, entre as crianças de 10 a 14 anos, a redução mais expressiva das taxas de ausência escolar só se dá na passagem do grupo de 1 a 2 salários (13,6%) para o grupo de mais de 2 salários (3,2%). Observa-se também que nas famílias de mais alta renda (mais de 2 salários) as crianças mais velhas (10 a 14 anos) são mantidas na escola quase na mesma proporção que as crianças mais novas (7 a 9 anos), respectivamente, 3,2% e 2,1% de não freqüência. Mas nas famílias de renda média (1 a 2 salários) é grande a diferença entre os dois grupos de idade: a ausência pula de 4,1% para 13,1% - o Gráfico 7 deixa claras essas relações.

Portanto, o comportamento das famílias de 1 a 2 salários está mais próximo ao das famílias de baixa renda, que das famílias de ganhos superiores. Isto permite afirmar que a educação primária é particularmente seletiva e exigente com relação à renda. As dificuldades educacionais mantêm-se presentes em famílias costumeiramente tratadas como de renda média. A "linha da pobreza" educacional é talvez mais exigente que a de outros indicadores sociais, como a mortalidade infantil, por exemplo.

De todo modo, seguindo o corte de renda utilizado até agora, vê-se que do total de 928 mil crianças de 7 a 9 anos em famílias de até 1 salário per capita, 126 mil não freqüentam a escola, isto é, 6,4%. No grupo de 10 a 14 anos, a mesma situação é vivida por 255 mil crianças - 8,5% do total da faixa etária - e, por fim, a faixa dos jovens soma 367 mil pessoas de 15 a 17 anos, ou 21,1% do total do grupo - proporção bem superior à dos dois

segmentos anteriores, o que expressa o abandono da escola em função do trabalho (Quadro II).

O quadro descrito até agora indica que em 1986 existiam, no Estado de São Paulo, 1,2 milhões de menores de 5 a 17 anos duplamente desassistidos, isto é, viviam em famílias de rendimento per capita infantil a 1 salário e não freqüentavam escolas. Este contingente representa quase 14,86% do total da população dessa faixa etária (Quadro II), e se eleva para quase 1/4 do total de menores se incluídas as crianças de 0 a 4 anos, independente de freqüentarem ou não creches – apesar da inexistência de informações, é provável que justamente as famílias de baixa renda sejam as mais afetadas pela pequena oferta de vagas.

Considerando apenas o grupo de 7 a 14 anos, cuja idade corresponderia ao primeiro grau, este número reduz-se para 381 mil crianças, ou 7,7% do total da faixa etária. Se incluirmos, como surgerido acima, as famílias situadas até 2 salários, elas passam a somar 540 mil crianças, 10,9% do total.

Independente de faixa de renda, 11,5% das crianças de 7 a 14 anos estão fora da escola, taxa que cresce com a idade (Gráfico 8). Entre 8 e 10 anos, as taxas de escolaridade, próximas a 95,0%, tendem à universalização. O mesmo ocorre com os índices de analfabetismo, que no Estado apresentam expressiva queda entre 1981 e 1986. Para a população maior de 15 anos, caiu de 12,5% para 10,6% e, mais significativo, reduz-se de 4,7% para 2,5% entre as crianças de 10 a 14 anos (Tabelas 14 e 15). Na Região Metropolitana do Estado o analfabetismo jovem estava praticamente erradicado em 1986: apenas 21.436 (1,4%) crianças de 10 a 14 anos não eram alfabetizadas. Vale lembrar que essa taxa é de 12,5% entre as pessoas maiores de 30 anos (Tabelas 16 e 17).

Se o ensino primário ainda não foi universalizado⁶ no Estado de São Paulo, a permanência de 4 anos na escola está próxima disso, mesmo para as famílias de baixa renda. Neste sentido, o grupo etário de 7 a 9 anos, ou, para sermos mais exatos, entre 8 e 10 anos, além da escolarização básica tem garantidos os benefícios indiretos canalizados através da escola.

Portanto, o problema maior situa-se no grupo de idade pré-escolar, 0 a 6 anos, e entre aqueles cujo abandono da escola tem o sentido da busca do trabalho, busca que para muitos se inicia aos 10 anos mas se acentua de maneira clara após os 14 anos.

4.5. TRABALHO E ESTUDO DOS JOVENS DE 10 A 17 ANOS

Esta parte tem como eixo o exame das relações entre emprego, renda e estudo da população menor de 18 anos, fatores que, analisados de maneira interligada, proporcionam um retrato razoavelmente preciso das condições gerais de vida da população jovem, a qual se caracteriza justamente por viver o período de transição da esfera para o mundo escolar e deste para o trabalho.

A vida da maior parte dos jovens brasileiros é marcada por uma rápida passagem pelo ensino primário, seguida pela precoce entrada no mercado de trabalho (formal ou informal). No Brasil, os aspectos potencialmente positivos do trabalho jovem – o aprendizado de uma profissão ou o aumento da renda – revertem-se em aspectos negativos: o trabalho não aparece como opção e sim como necessidade de elevar o baixo rendimento das famílias desses menores; a entrada precoce leva, naturalmente, ao trabalho não qualificado, que acaba se perpetuando no tempo, já que a "escola" induz, na maior parte dos casos, ao abandono do estudo; as características desse segmento da força de trabalho, acrescidas pelo desrespeito às leis e as flutuações do mercado de trabalho, acabam situando a média salarial do menor abaixo do mínimo nacional.

Em graus diferentes, essa síntese é válida para o Brasil, para o Estado de São Paulo e para a sua Região Metropolitana, nesta ordem, já que se tratam de indicadores fortemente relacionados com o nível de desenvolvimento econômico regional e com as taxas de urbanização.

Os estudos sobre o tema⁷ são quase unânimes em apontar as características acima descritas. Portanto, não é este o principal objetivo deste texto, que busca definir e quantificar com maior precisão as carências da população jovem do Estado. Outra parte, a abordagem valoriza a relação trabalho-estudo não apenas por ser um aspecto, por assim dizer, "estrutural" da passagem para a vida adulta, mas também pela importância da escola e do emprego enquanto locais virtualmente privilegiados de canalização de políticas públicas adicionais de proteção ao menor – das quais a merenda escolar e os benefícios da previdência são os melhores exemplos.

A população de 10 a 17 anos representava 15,6% da população total do Estado de São Paulo em 1986; isto é, 4,476 milhões de jovens pertenciam ao grupo potencialmente ativo,

segundo a classificação em geral utilizada no Brasil, a População em Idade Ativa – PIA (maiores de 10 anos) (Tabela 18).

A População Economicamente Ativa – PEA paulista é composta de 13,8 milhões de pessoas (58,4% em relação à PIA), sendo cerca de 1,5 milhão de menores, o que representa 11,3% do total da PEA ou 32,8% do total de menores de idade. Isto é, quase 1/3 dos jovens entre 10 e 17 anos trabalham no Estado de São Paulo.

A proporção de menores ativos naturalmente cresce conforme aumenta a idade: cerca de 17% (503 mil) das crianças de 10 a 14 anos trabalham, e esta proporção, já relativamente alta, pula portanto para 60% (1,053 milhão) entre os adolescentes de 15 a 17 anos. Portanto, nesta segunda faixa etária, a taxa de atividade é bastante próxima à verificada para os maiores de 18 anos (64,9%) (Tabela 18).

O grande incremento da proporção de menores trabalhadores da primeira para a segunda faixa etária é constante tanto na região urbana como na rural, entre homens ou mulheres, além de ocorrer em níveis semelhantes no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (Gráficos 9, 10 e 11).

Vale lembrar que as estatísticas oficiais excluem o trabalho dos menores de 10 anos, embora este contingente seja significativo: na Região Metropolitana de São Paulo, dados de 1985 do suplemento especial da PNAD (publicado em 1988), indicam que 3,7 das pessoas ocupadas de 10 a 17 anos começaram a trabalhar com menos de 10 anos.

Segundo Paulo Baltar⁸, comparado com países desenvolvidos, o mercado de trabalho brasileiro apresenta a peculiaridade de ter elevada taxa de participação entre crianças, adolescentes e idosos, já que os dois primeiros são forçados por razões econômicas a entrarem mais cedo no mercado e os idosos a nele permanecerem por mais tempo, pelas mesmas razões.

A taxa de atividade dos menores é maior entre os homens (39,7%) que entre as mulheres (26,0%) e significativamente superior na região rural (47,8% contra 31,0%), embora em termos numéricos o contingente de trabalhadores seja maior nas cidades: 1,3 milhão contra 241 mil (Tabelas 19 e 20). Assim, os extremos são representados pela população rural masculina de 15 a 17 anos, com a maior taxa de atividade (89,1%) e, com a menor taxa (11,8%), a população feminina urbana de 10 a 14 anos – note-se, porém que o contingente deste segundo grupo (159 mil pessoas) representa quase o dobro do primeiro (83 mil) (Gráfico 10).

Entre o início da década e 1986 verifica-se um aumento 4,6% na PEA total do Estado, o que pode ser explicado: a) pela migração, que aumenta mais que proporcionalmente o número de trabalhadores em relação à população, já que o migrante é essencialmente um homem em busca de trabalho; b) pela tendência de constante ampliação da participação feminina na PEA; c) pelo fato que 1981 e 1986 foram, do ponto de vista do mercado de trabalho, momentos opostos da economia brasileira. Isto é, de um lado, as perdas salariais causadas a partir do início da década por seguidos decretos-leis salariais aumentaram a necessidade das famílias de baixa renda de ampliar o número de membros com rendimentos próprios, para sua subsistência ou para a manutenção do seu padrão de consumo. De outro lado, as taxas crescentes de desemprego dificultavam tal estratégia. Com o desaquecimento da economia, os jovens foram os primeiros a perderem seus postos de trabalho e, com a recuperação, os últimos a retornarem ao mercado. Estudos recentes, entretanto, indicam que em períodos de baixa oferta de emprego, a demanda jovem, e em parte a feminina, é reprimida pelo desalento, ao passo que nos períodos expansivos a busca do primeiro emprego é antecipada, aumentando a demanda mais que proporcionalmente.

Apesar da proibição legal do trabalho do menor de 14 anos (salvo autorização dos pais, mediante o Juizado de Menores para crianças de 12 ou 13 anos), no Estado de São Paulo, entre 1981 e 1986 cresceu em 2,4% a proporção de trabalhadores dessa faixa etária (de 14,4% para 16,8%). Além disso, tal incremento foi sistemático para os menores, segundo os cortes de faixa etária, sexo e situação do domicílio –exceção feita às mulheres de 10 a 14 anos da região rural, para as quais a taxa decresceu 4,2%. O maior crescimento se deu entre os menores do sexo masculino da zona rural (+6,7%) (Tabelas 19 e 20).

As características de Região Metropolitana São Paulo diferenciam-na do restante das áreas urbanas do Estado e do país. Embora a taxa também tenha crescido entre 1981 e 1986, ela parte de patamares inferiores: 26,0% no total e 9,2% para os menores de 14 anos, faixa que alcança a taxa de 15,1% nas áreas urbanas do Estado. Já no grupo de 15 a 17 anos as diferenças são pouco marcantes (Tabelas 21 e 22 e Gráficos 10 e 11).

Portanto, na Região Metropolitana a entrada dos menores no mercado de trabalho é retratada em relação ao Estado. A idade de 14 anos é um marco mais importante na área metropolitana, o que pode estar vinculado às restrições legais ao trav infantil (leis provavelmente mais respeitadas nessa região, onde o peso do mercado formal é maior) ou ao maior tempo de permanência na escola. Esta, por sua vez, pode estar vinculada à menor necessidade do trabalho infantil, dado o nível superior do rendimento médio na Grande São

Paulo, às facilidades de acesso à escola, ou às imposições do mercado de trabalho composto de mão de obra mais qualificada e escolarizada.

O fato marcante na comparação de 1981 e 1986 é o crescimento da proporção de menores trabalhadores, o que representa em parte a recuperação do mercado que havia sido perdido durante a crise⁹. Mas em 1985, a taxa de emprego dos menores ainda era inferior à de 1979¹⁰. As conjunturas econômicas opostas de 1981 e 1986 dificultam uma análise das tendências de participação dos jovens no mercado de trabalho. Exclusivamente como decorrência do envelhecimento da população, previsto para as próximas décadas, espera-se que a participação relativa dos menores na PEA diminua. A longo prazo, o mesmo é esperado quanto à proporção de jovens trabalhadores em relação ao total de menores: a taxa específica de participação dos jovens tenderia a reduzir-se, aproximando-se aos índices europeus. A curto e médio prazo, porém, seu comportamento é incerto. Na hipótese de expansão do emprego e da renda, crianças e adolescentes poderiam ser incentivados a dedicarem-se exclusivamente à escola ou, estimulados pelo período expansionista, pressionariam o mercado de trabalho¹¹.

De todo modo, a recuperação que se deu entre 1981 e 1986 demonstra que, durante a década, manteve-se ou talvez acirrou-se a necessidade do trabalho jovem e infantil como complemento à renda familiar.

A relação entre emprego do menor e necessidade familiar é indiscutível: no Estado de São Paulo, 82,7% dos menores trabalhadores advém de famílias cuja renda per capita é infantil a dois salários mínimos, percentual que cai para 75,5% na Região Metropolitana e atinge 91,6% para o Brasil – no caso dos menores de 14 anos, a proporção sobe para 95,4 (Tabelas 23, 24, 25 e 26).

Entre crianças de 10 a 14 anos de famílias de renda média inferior a dois salários, no Estado de São Paulo, a taxa de atividade flutua entre 18,6% e 24,5%, ao passo que entre os que pertencem a famílias de renda superior a dois salários, o nível de atividade cai para 6,9%. Queda semelhante ocorre no nível de atividade dos jovens de 15 a 17 anos (Tabelas 23, 24, 25 e 26).

Em 1986, no Estado de São Paulo, 59,7% dos menores só estudavam, 15,3% conciliavam trabalho e estudo, 17,1% somente trabalhavam, 4,7% se dedicavam a afazeres domésticos e 3,2% não realizavam nenhuma atividade (Tabela 27).

À semelhança da escolarização, a inserção no mercado de trabalho do grupo de renda média (de 1 a 2 SM) tem comportamento próximo ao dos segmentos de baixa renda: para as crianças das três faixas de baixa e média renda a taxa de participação gira em torno de 20%, mas para o grupo que vive com mais de dois salários, a mesma taxa cai para 7% (Gráfico 12). Além disso, a maior parte das crianças trabalhadoras das famílias de mais alta renda consegue conciliar esta atividade com o estudo; ao contrário, para os grupos com rendimentos inferiores a 2 salários, somente metade se mantém na escola quando entra no mercado de trabalho (Gráfico 12).

Tais dados evidenciam que a inserção precoce no mercado de trabalho se dá em detrimento do estudo, sendo que a dificuldade em conciliar ambas as atividades é ainda maior a partir dos 15 anos:

No grupo de 15 a 17 anos as taxas de atividade mantêm-se altas (entre 61% e 67%) para os três níveis inferiores de renda, mas se reduzem para 45% entre os jovens de famílias de mais alta renda. Nesta faixa etária, a dificuldade na conciliação entre trabalho e estudo é ainda mais visível e dependente da renda (Gráfico 12).

Na comparação com 1981, vê-se o agravamento da situação do menor: a elevação da taxa de atividade implicou na queda da proporção de jovens dedicados exclusivamente aos estudos. Nas áreas urbanas do Estado, do país ou na Grande São Paulo, o acréscimo nessa taxa em geral não significou o abandono da escola e sim a conciliação das duas atividades. Na zona rural do Estado, porém, especialmente entre os homens, o aumento da taxa de atividade elevou significativamente o índice daqueles que só trabalhavam (de 33,4% em 1981 para 40,6%), diminuindo portanto a já baixa proporção dos que se dedicavam exclusivamente ao estudo (de 44,6 para 35,8%) (Tabelas 19 e 20).

Na Região Metropolitana de São Paulo, a distribuição entre menores trabalhadores e estudantes é mais favorável: dedicam-se só à escola 86,3% das mulheres e 84,5% dos homens, ou seja, 85,4% dos menores de 15 anos. Esta proporção cai significativamente para os adolescentes de 15 a 17 anos (33,9%), ficando bastante próxima à do Estado e do país. Em todas as regiões, a pior evolução foi a dos jovens de 15 a 17 anos do sexo masculino: na Grande São Paulo houve uma queda de 9,1% na proporção de jovens exclusivamente dedicados à escola (Tabelas 21 e 22).

Quanto ao salário médio recebido pelos menores, verifica-se que entre 1981 e 1986 manteve-se em níveis bastante baixos. A média nacional passou de 0,5 para 0,7 salário mínimo; no Estado, passou de 0,9 para 1,1 e na Grande São Paulo, de 1,2 para 1,5 salário.

Esta evolução salarial que se verifica em todas as regiões provavelmente é apenas aparente, dada a queda do valor real do salário mínimo ocorrida entre o início da década e 1986¹². Deve-se notar, também, que o salário médio dos menores de 14 anos, em todas as regiões, mantém-se abaixo de 1 salário mínimo, exceção feita às crianças que trabalham mais de 40 horas semanais no Estado e na Região Metropolitana (Tabelas 28, 29, 30 e 31).

Aliás, em todas as regiões predominam os menores que trabalham mais de 40 horas, e a participação percentual destes vem aumentando: no Brasil, passou de 68,3% para 71,0% e na Região Metropolitana esse aumento é expressivo entre os menores de 15 anos. No Estado, embora o comportamento tenha sido inverso, a situação atual é semelhante à da Região Metropolitana: 68,7% dos menores de 15 anos trabalham 40 horas ou mais, índice que se eleva para 87,9% para os jovens de 15 e 17 anos. Assim, no Estado de São Paulo quase 1,2 milhões de jovens trabalhavam 40 horas ou mais, o que representa cerca de 25,0% do total da população entre 10 e 17 anos.

Observa-se, pois, que apesar da média elevada de horas de trabalho, a remuneração das crianças e adolescentes encontra-se bastante aquém do salário médio dos adultos. Como agravante, e ao mesmo tempo causa de baixa remuneração, mantém-se no Estado de São Paulo altas taxas de participação no mercado informal, o que, para os jovens, na maior parte dos casos, significa trabalho precário.

Em 1986, cerca de 27,0% dos trabalhadores adultos do Estado não possuíam carteira assinada nem contribuía para a previdência. Estes índices estão em torno de 50% para as pessoas de 15 a 17 anos e 80% para as crianças de 10 a 14 anos (Tabelas 32 e 33).

Apesar da boa posição relativa de São Paulo quando comparado a outros Estados do país – nos quais o mercado de trabalho formal é praticamente vedado ao jovem -, e da evolução verificada entre 1981 e 1986, especialmente para a faixa de 10 a 14 anos (Tabelas 32 e 33), ainda predominam os jovens trabalhadores desprotegidos pelo sistema previdenciário e pelas leis trabalhistas (Quadro resumo III). Isto implica que as medidas ou políticas destinadas ao menor, canalizadas através do trabalho, têm eficácia reduzida, pois se dependessem de contribuição previdenciária ou posse de carteira, alcançariam apenas 18 ou 23% dos trabalhadores menores de 15 anos.

De uma maneira global, os dados aqui apresentados indicam que para os jovens oriundos de mas de baixa renda (até 1 SM), a busca pelo emprego não é uma opção e sim uma necessidade que leva ao abandono escolar e, em geral, não tem como contrapartida os benefícios do mundo do trabalho. A análise indica que esta situação é também vivida pelos jovens de famílias de renda média – de 1 a 2 salários per capita (Quadro resumo IV). O comportamento dos indicadores de escolarização e taxa de participação na PEA deste segmento se assemelha, grosso modo, ao das famílias de baixa renda. O trabalho só se torna opção – e a permanência na escola viável – para as crianças e principalmente para os adolescentes de famílias com renda superior a 2 salários per capita.

4.6. NOTAS

¹ Cf: Cano e Pacheco.

² A maioria dos dados apresentados nesta parte, assim como nos itens *A idade escolar e Trabalho e estudo dos jovens de 10 a 17 anos*, baseia-se nas PNADs de 1981 e 1986 e na publicação *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil*, onde são divulgadas tabulações especiais das PNADs dos mesmos anos. Optamos, tal como o *Perfil*, por utilizar *exclusivamente* cruzamentos com *renda familiar per capita* para estimar populações ou sub populações carentes. Em geral, as tabelas aqui apresentadas foram construídas com quatro grupos de renda familiar per capita: A) até 1/2 salário mínimo (SM); B) de 1/2 SM a 1 SM; C) de 1 SM a 2 SM; D) mais de 2 SM – além de "sem declaração de renda". Na exposição dos dados ao longo deste texto, muitas vezes agrupamos as duas faixas de renda mais baixas (até 1/2 SM e de 1/2 a 1 SM) em uma única faixa: Até 1 SM. Esta escolha baseia-se em análises preliminares que indicam que, grosso modo, são semelhantes os comportamentos relativos à escola e ao trabalho dos menores pertencentes às famílias situadas nesses dois segmentos. Portanto, nestes itens trabalhamos fundamentalmente com três faixas de renda familiar per capita: *até 1 SM*; *de 1 a 2 SM* e *mais de 2 SM*, as quais denominamos respectivamente de *baixa renda*, *média renda* e *de mais alta renda*. Visto que os estudos no Brasil em geral utilizam o critério de "renda familiar total" (e não per capita), vale informar que as três faixas mencionadas corresponderiam aproximadamente a 2, 4 e 8 salários-mínimos de renda familiar – segundo dados apresentados por José Aristodemo Pinotti, a família paulista era composta, em média, de 4 pessoas, Cf: SUDS, São Paulo (1989).

³ Sob a coordenação de J. B. Lopes, o SEADE desenvolve pesquisa onde são analisados os rendimentos de diferentes tipos de famílias da Grande São Paulo. Seus resultados preliminares foram apresentados no seminário *Estudos sobre a Pobreza*, promovido pelo NEPP e pelo Instituto de Economia da UNICAMP, em novembro de 1989.

⁴ Cf: Ferreira & Saad (1988).

⁵ Mortalidade pós-neonatal refere-se à das crianças com mais de 27 dias; perinatal, de 7 a 27 dias, e neonatal de 0 a 6 dias.

⁶ A partir de dados publicados no Censo Demográfico de 1980, conclui-se que apenas 45,9% das crianças de 10 a 14 anos tinham ao menos completado a 4ª série do 1º grau. Esta proporção eleva-se para 81% na faixa etária de 15 a 19 anos, e volta a cair nos grupos mais velhos.

⁷ Apontam nessa direção, entre outros, Chaia (1987) e (1988); Cupertino (1987); Burger & Lima (1988).

⁸ Pesquisa NEPP/FUNABEM, de março de 1988, em duas varas de menores da cidade de São Paulo (Pinheiros e Lapa), confirma permanência da importância social do trabalho do menor na década. Dos pedidos recebidos pelas Varas, é elevada a porcentagem de menores de 14 a 17 anos incluídos em processo de regularização de documentação ou de guarda por parentes (para idêntica regularização), provavelmente visando a entrada no mercado de trabalho. E estes pedidos são mais volumosos na Vara da Lapa – região com perfil sócio-econômico menos abastado e com forte presença de migrantes. Nela, de documentação em que 100% dos envolvidos são menores de 14 a 17 anos. Os pedidos de guarda por tios e irmãos (29,46%), em geral de jovens que vivem longe dos pais, apontam para regularização de situação visando a profissionalização do menor. Em Pinheiros, apenas 11,40% dos processos daquele mês são solicitações de guarda para tirar documentos de menores de 14 a 17 anos.

¹⁰ Cf: Cupertino (1987).

¹¹ Dedecca e Ferreira (1988a) fundamentam esta argumentação através da análise da evolução da PEA, da PED e das taxas de desemprego Grande São Paulo entre 1985 e 1988.

¹² Segundo o DIEESE, o valor real do salário mínimo em q981 era de Cz\$1422,09 e, em 1986, Cz\$1089,59 – valores de dezembro de 1986. Houve portanto uma queda de 24,4%. Cf: Mattoso (1988a). Sobre a evolução real do salário-mínimo ver também Mattoso (1988b).

4.7. BIBLIOGRAFIA

BALTAR, Paulo E. Evolução Demográfica, Emprego e Demandas Sociais no Brasil. In *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 6, Olinda. Anais, São Paulo: ABEP, 1988. v.2, p. 71.

CANO, Wilson, PACHECO, C. A. *São Paulo no Liminar do Século XXI*, relatório parcial de pesquisa.

CAMARANO, Ana A., BELTRÃO, Kaizô, NEUPERT, Ricardo. Às Quantas Andará a População Brasileira?. In *Texto para Discussão* n. 5. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989.

CAMARGO, Antônio de Marangone, MONTALI, Lilia. A Manifestação das Desigualdades Sociais no Espaço Metropolitano. In *O Jovem na Grande São Paulo*. Coleção Realidade Paulista. São Paulo: SEADE, 1988.

CÉSAR, C. L. G. Mortalidade Infantil: Uma Nova Estratégia Sanitária. In *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, 3(3), julho/setembro 1989.

CHAIA, Miguel W. Estado, Família, Desemprego. In *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, 2(3), julho/setembro 1989a.

CUPERTINO, Maria Amélia M. *Sobre o Trabalho do Menor*. Trabalho apresentado no seminário *As Crianças e o Habitat da Pobreza*, realizado no Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, em outubro de 1987.

DEDECCA, Cláudio S., FERREIRA, Sinésio. Transição Demográfica e Crescimento da População Economicamente Ativa. *São Paulo em Perspectiva*. 3(3), p.79-83. jul/set 1989.

DEDECCA, Cláudio S., FERREIRA, Sinésio. Crescimento Econômico e População Economicamente Ativa. *São Paulo em Perspectiva*. 2(3). jul/set 1989.

FERREIRA, Carlos E. de Carvalho, SAAF, Paulo. Mortalidade Infantil. In *O Jovem na Grande São Paulo*. Coleção Realidade Paulista. São Paulo: SEADE, 1988.

FERREIRA, Mortalidade Infantil – A Manifestação Mais Cruel das Desigualdades Sociais. *São Paulo em Perspectiva*, 2(3). jul/set 1989.

GIRALDELLI, Bernardette W. Perspectivas sobre o Contingente Juvenil na Grande São Paulo (projeções). In *O Jovem na Grande São Paulo*. Coleção Realidade Paulista. São Paulo: SEADE, 1988.

GIRALDELLI, Bernardette W. O que Muda na Composição e no Volume da População Paulista Até o Final do Século XX?. *São Paulo em Perspectiva*. 3(3). jul/set 1989.

LIMA, Ricardo, BURGER, Freda. Participação do Menor na Força de Trabalho Brasileira nos Anos 80. In *Texto para Discussão* n. 3. Brasília: IPEA/IPLAN, 1988.

MATTOSO, Jorge E. (Coord.). Mercado de Trabalho. In *Brasil 1986: Relatório sobre a Situação Social do País*, Publicação Institucional do NEPP – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP. Campinas, 1988.

MATTOSO, Jorge E. (1988b). O Mínimo Salário Mínimo. *São Paulo em Perspectiva*, 2(3). jul/set 1989.

NEUPERT, R. F., CALHEIROS, S. M. G, THEODORO, M. L. Evolução da População Economicamente Ativa no Brasil até o Ano 2010. *Texto para Discussão* n. 12. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989.

OLIVEIRA, I. C., SANTOS JUNIOR, M. R., RIBEIRO, E. T. Acompanhamento do Nível de Emprego e Renda. In *Acompanhamento de Políticas Públicas* n. 3. 1988.

ORTIZ, Luiz Patricio, YAZAKI, Lúcia M. Evolução Recente da Mortalidade no Estado de São Paulo. *Informe Demográfico*, n. 14. SEADE, 1984.

PEREZ, José Roberto Rus (coord.). *Diagnóstico da Situação Educacional do Estado de São Paulo: 1980-1988; pré-escola, ensino fundamental, ensino médio*. (versão Preliminar) Campinas: NEPP/UNICAMP, 1990.

SUDS – SÃO PAULO. *The Health Transition in Brazil*. Artigo coordenado por Maria Cecília Cordeiro Della Torre, Maria do Carmo Dias dos Santos Batista e Cáritas Relva Basso, e baseado em paper preparado por José Aristodemo Pinotti. (mimeo) 1989.

YAZAKI, Lúcia M., FLORES, Luis T. O. Mortalidade Infantil Juvenil. In *O Jovem na Grande São Paulo*. Coleção Realidade Paulista. São Paulo: SEADE, 1988.

Quadro I

Porcentagem das famílias com menores	1981	1986
Estado de São Paulo	67,0	64,7
Região Metropolitana de São Paulo	35,7	63,3
Número médio de menores por família		
Estado de São Paulo	2,2	2,2
Região Metropolitana de São Paulo	2,3	2,2

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Quadro II

Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos, que não freqüentam escolas, por dois cortes de renda família per capita, em relação ao total de cada faixa etária. Estado de São Paulo, 1986.

	População Total	Até 1 SM		Até 2 SM	
			%		%
5 a 6 anos	1381795	4256628	32,76	647940	46,89
7 a 9 anos	1974221	126174	6,39	150225	7,61
10 a 14 anos	2984552	254930	8,54	389841	13,06
15 a 17 anos	1736555	366855	21,13	665994	38,35
Total	8077123	1200587	14,86	1854000	22,95
0 a 4 anos ¹	3394397	1551603	45,71	2572078	75,77
Total Geral ¹	11471520	2752190	23,99	4426078	38,58

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

¹ Dada a inexistência de informações sobre o número de crianças de 0 a 4 anos que não freqüentam creches, e considerando a hipótese de que estas representam a grande maioria, incluímos, neste quadro, a população total de 0 a 4 anos com o intuito de estimar a população total de menores em situação de carência.

Quadro III

Quadro resumo de indicadores sobre jovens de 10 a 17 anos. Estado de São Paulo, 1986.

	10 – 1		15 – 17	
	Nº Absoluto ¹	%	Nº Absoluto ¹	%
População	2984538	100,0	1736527	100,0
Trabalham	495917	16,6	1035946	59,7
Trabalham e Não Contribuem para a Previdência	393667	13,2	514027	29,6
Trabalham e Não Têm Carteira Assinada	304275	10,2	417552	24,0
Trabalham e Recebem Menos de Um Salário Mínimo	375406	12,6	462379	26,6
Trabalham Mais de 40 Horas Semanais	326703	10,9	864285	49,8

¹ Parte dos números absolutos é deduzida de percentuais publicados no Perfil, Estando portanto sujeitos a erros de aproximação.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Quadro IV

Quadro resumo de indicadores sobre jovens de 10 a 17 anos, segundo cortes de renda familiar per capita. Estado de São Paulo, 1986.

	Até 1 SM				Até 2 SM			
	10 - 14		15 - 17		10 - 14		15 - 17	
	Nº Absoluto ¹	%						
População	1317171	44,1	560480	32,3	2309174	77,4	1217935	70,1
Trabalham	253210	8,5	386766	22,3	446650	15,0	818057	27,4
Trabalham e Estudam	124459	4,2	115787	6,7	235564	7,9	307764	17,7
Trabalham e Não Estudam	128751	4,3	270979	15,6	211087	7,1	510293	29,4
Não Estudam	254503	8,5	366855	21,1	389415	13,0	665994	38,4
Não Estudam nem Trabalham	125752	4,2	60719	3,5	178328	6,0	120548	6,9

¹ Parte dos números absolutos é deduzida de percentuais publicados no Perfil, Estando portanto sujeitos a erros de aproximação.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 1

Participação das populações regionais no total da população do Estado.

Estado de São Paulo e Regiões Administrativas, 1970 – 2000.

Regiões Administrativas	1970		1980		1990		2000	
	População	Participação (%)	População	Participação (%)	População	Participação (%)	População	Participação (%)
Estado de SP	17798200	100,00	25113100	100,0	33252200	100,00	40631900	100,00
Gde. São Paulo	8143100	45,75	12664400	50,43	17448600	52,47	21416700	52,71
Litoral	832400	4,68	1238200	4,93	1671200	5,03	2073600	5,10
V. Paraíba	786400	4,42	1131800	4,51	1504200	4,52	1854600	4,56
Sorocaba	1108800	6,23	1469400	5,85	1970200	5,93	2513900	6,19
Campinas	2102000	11,81	3207300	12,77	4308200	12,96	5337200	13,14
Ribeirão Preto	1411400	7,93	1791200	7,13	2268400	6,82	2676300	6,59
Bauru	551200	3,10	667400	2,66	870000	2,62	1140700	2,81
S. J. Rio Preto	934300	5,25	1006400	4,01	1160900	3,49	1373500	3,38
Araçatuba	532200	2,99	533500	2,12	548600	1,65	562700	1,38
Pres. Prudente	712200	4,00	698500	2,78	696500	2,09	707300	1,74
Marília	684200	3,84	705000	2,81	805400	2,42	975400	2,40

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. Extraído de: (Giardelli, 1989: 9). NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 2

Evolução da população. Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Interior, 1980 – 2000.

Reg.\Ano	1980	(%)	1985	(%)	1990	(%)	1995	(%)	2000	(%)
Est. SP	25223	100,00	29229	100,00	33252	100,00	37038	100,00	40656	100,00
RMSP	12665	50,21	15143	51,81	17449	52,48	19514	52,69	21416	52,68
Interior	12558	49,79	14086	48,19	15803	47,52	17524	47,31	19240	47,32

Fonte: SEADE, *Informe Demográfico* nº 18. 1986. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 2a

Taxa geométrica de crescimento anual (quinquênio). Estado de São Paulo, 1980 – 2000

Reg.\Ano	1980 – 85	1985 – 90	1990 – 95	1995 – 00
Est. SP	2,99	2,61	2,18	1,88
RMSP	3,64	2,88	2,26	1,88
Interior	2,32	2,33	2,09	1,89

Fonte: SEADE, *Informe Demográfico* nº 18. 1986. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 3

Famílias, segundo grupos cumulativos de renda familiar per capita. Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo. 1981 e 1986.

		Famílias		Famílias com Menores	
		ESP	RMSP	ESP	RMSP
1981	até 1/2 SM	16,4	11,2	20,3	14,4
	até 1 SM	42,7	34,6	50,8	44,1
	até 2 SM	70,8	64,8	79,1	75,3
1986	até 1/2 SM	9,9	7,0	11,8	9,1
	até 1SM	30,1	24,6	36,3	31,5
	até 2 SM	60,5	54,4	70,1	65,3

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Obs:

Total de Famílias

Total de Famílias com Menores

	1981	1986		1981	1986
ESP	6592287	8060599	ESP	4419444	5212038
RMSP	3413627	4252128	RMSP	2242544	2690066

Tabela 4

Porcentagem de famílias ou pessoas em famílias de renda per capita até 1 SM. Estado de São Paulo, 1986.

	(N em 1000 unidades)	
	(N)	%
famílias	(8.060)	30,1
população total	(30.149)	33,8
população maior de 18 anos	(18.669)	27,5
população menor de 18 anos	(11.480)	44,0
.....0 a 4 anos	(3.404)	45,7
.....5 a 6 anos	(1.382)	47,0
.....7 a 9 anos	(1.974)	47,0
.....10 a 14 anos	(2.984)	44,1
.....15 a 17 anos	(1.736)	34,3

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 5

Taxas de mortalidade infantil. Estado de São Paulo, Município de São Paulo e Regiões Administrativas, 1980 - 1988

REG.\ ANO	80	81	82	83	84	85	86	87	88	Taxa de Variação 1980 -1988
Município. de São Paulo	50,62	49,93	47,91	41,49	48,43	37,03	36,17	33,82	35,14	30,58
Est. de São Paulo	51,21	49,97	47,93	42,28	44,92	36,45	36,19	33,18	33,50	34,58
Gde. São Paulo	55,17	54,98	52,65	45,63	51,25	39,43	39,57	36,06	36,79	33,31
Litoral	60,45	48,63	48,62	46,67	42,29	39,74	37,97	35,33	35,68	40,98
V. Paraíba	44,19	39,31	37,69	33,51	34,53	29,99	30,52	24,92	27,52	37,72
Sorocaba	66,56	59,82	63,95	53,75	54,37	44,95	46,76	44,38	39,50	40,65
Campinas	41,16	37,40	38,47	33,96	33,40	29,17	29,11	27,29	27,88	32,26
Rib. Preto	34,25	35,52	32,47	33,22	33,17	29,18	26,54	25,87	26,57	22,42
Bauru	47,48	51,75	49,39	41,98	42,63	34,20	31,57	27,39	29,43	38,02
S. J. Rio Preto	39,63	38,24	34,79	32,86	32,91	30,71	25,71	25,44	26,82	32,32
Araçatuba	39,76	34,72	34,90	33,64	31,01	30,60	28,73	24,60	26,41	33,58
Pres. Prudente	40,95	41,52	39,21	38,56	34,22	30,04	34,65	28,65	27,41	33,06
Marília	54,60	49,94	49,53	39,29	40,89	32,51	36,15	32,24	29,56	45,86

Fonte: Fundação SEADE. NEPP/UNICAMP, 1998.

Obs:1987, 1988: dados preliminares.

Tabela 6

Distribuição percentual das mortes infantis, segundo causas de morte. Regiões Administrativas de São Paulo, 1980.

Causas de morte	Grande São Paulo	Litoral	Vale do Paraíba	Sorocaba	Campinas	Ribeirão Preto	Bauru	S. José do Rio Preto	Araçatuba	Pres. Prudente	Marília
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Perinatais	35,95	31,91	39,84	28,01	36,62	43,67	34,94	37,34	35,51	37,13	32,43
Ap. Respiratório	22,34	22,79	14,53	16,79	19,00	10,01	17,70	12,05	10,94	13,35	12,25
Infec. e Paras.	24,71	26,29	20,12	25,13	20,23	16,37	23,09	21,08	24,38	21,84	25,60
Mal Definidas	1,74	3,55	8,15	14,40	3,84	5,06	8,09	6,92	9,98	10,71	11,14
Restantes	15,26	15,46	17,36	15,67	20,31	24,89	16,18	21,49	19,19	16,97	18,58
TMI	55,2	60,5	44,2	66,6	41,2	34,3	47,5	39,6	39,8	40,9	54,6

Fonte: Fundação SEADE, Movimento do Registro Civil, 1980. Extraído de: (SEADE, 1988: 101). NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 7

Distribuição percentual das mortes infantis, segundo causas de morte. Regiões Administrativas de São Paulo, 1984.

Causas de morte	Grande São Paulo	Litoral	Vale do Paraíba	Sorocaba	Campinas	Ribeirão Preto	Bauru	S. José do Rio Preto	Araçatuba	Pres. Prudente	Marília
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Perinatais	37,10	40,11	47,54	34,68	42,87	48,29	40,30	42,01	47,72	43,97	45,64
Ap. Respiratório	21,97	19,15	13,42	13,90	17,26	11,04	13,11	8,82	7,50	12,98	10,55
Infec. e Paras.	21,61	20,47	12,89	21,94	15,24	13,29	17,57	18,34	17,69	16,14	18,97
Mal Definidas	1,60	3,27	7,10	9,79	3,19	4,81	9,20	5,74	8,31	9,27	8,84
Restantes	17,69	17,00	19,03	19,67	21,41	22,54	19,80	25,07	18,76	17,62	15,97
TMI	51,30	42,30	34,50	54,40	33,40	33,20	42,60	32,90	31,00	34,20	40,90

Fonte: Fundação SEADE, Movimento do Registro Civil, 1984. Extraído de: (SEADE, 1988: 102). NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 8

Pessoas de 0 a 17 anos segundo grupos de idade e renda familiar per capita. Estado de São Paulo, 1986.

	0 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 17	Total de menores	+ de 18	Total Geral
até 1/2 SM	528317	243796	352341	433488	175940	1733882	1549528	3283410
de 1/2 a 1 SM	1023286	406166	575938	883707	419240	3308337	3584451	6892788
de 1 a 2 SM	1020475	410320	586617	991995	657448	3666855	5955416	9622271
mais de 2 SM	822319	321513	459325	675362	483927	2762446	7579620	10342066
Total	3394397	1381795	1974221	2984552	1736555	11471520	18669015	30140535

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 8a

Pessoas de 0 a 17 anos segundo a renda familiar per capita. Estado de São Paulo, 1986.

	0 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 17	Total de menores	+ de 18	Total Geral
até 1/2 SM	15,56	17,64	17,85	14,52	10,13	15,11	8,30	10,89
de 1/2 a 1 SM	30,15	29,39	29,17	29,61	24,14	28,84	19,20	22,87
de 1 a 2 SM	30,06	29,69	29,71	33,24	37,86	31,96	31,90	31,92
mais de 2 SM	24,23	23,27	23,27	22,63	27,87	24,08	40,60	34,31
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 9

Pessoas de 0 a 17 anos segundo grupos de idade e cortes de renda cumulativos. Estado de São Paulo, 1986.

	0 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 17	Total de menores	+ de 18	Total Geral
até 1/2 SM	528317	243796	352341	433488	175940	1733882	1549528	3283410
até 1 SM	1551603	649962	928279	1317195	595180	5042219	5133979	10176198
até 2 SM	2572078	1060282	1514896	2309190	1252628	8709074	1108395	19798469
Total	3394397	1381795	1974221	2984552	1736555	11471520	18669015	30140535

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 9a

Distribuição de pessoas de 0 a 17 anos, segundo grupos cumulativos de renda familiar per capita, por grupos etários. Estado de São Paulo, 1986.

	0 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 17	Total de menores	+ de 18	Total Geral
até 1/2 SM	15,56	17,64	17,85	14,52	10,13	15,11	8,30	10,89
até 1 SM	45,71	47,04	47,02	44,13	34,27	43,95	27,50	33,76
até 2 SM	75,77	76,63	76,63	77,37	72,13	75,92	59,40	65,69
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 10

Pessoas de 0 a 17 anos que não freqüentam escolas, segundo grupos de idade e renda familiar per capita. Estado de São Paulo, 1986.

	Menores – Grupos de Idade					Total
	0 a 4 ¹	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 17	
Até 1/2 SM	–	186995	71460	96746	118246	473447
De mais de 1/2 a 1 SM	–	265633	54714	158184	248609	727140
De mais de 1 a 2 SM	–	195312	24051	134911	299139	653413
Mais de 2 SM (ou sem decl.)	–	86919	9840	21690	103287	221736
Total	–	734859	160065	411531	769281	2075736

¹ Não há informações sobre quantos não freqüentam escolas.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 11

Distribuição dos menores de idade que não freqüentam escolas, em relação as faixas etária e de renda. Estado de São Paulo, 1986.

	Menores – Grupos de Idade					Total
	0 a 4 ¹	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 17	
Até 1/2 SM	–	76,70	20,28	22,32	67,21	39,27
De mais de 1/2 a 1 SM	–	65,40	9,50	17,90	59,30	31,82
De mais de 1 a 2 SM	–	47,60	4,10	13,60	45,50	24,69
Mais de 2 SM (ou sem decl.)	–	27,03	2,14	3,21	21,34	11,43
Total	–	53,18	8,11	13,79	44,30	25,70

¹ Não há informações sobre quantos não freqüentam escolas.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 12

Pessoas de 0 a 17 anos que não freqüentam escolas, segundo grupos de idade e cortes de renda familiar per capita, acumulados. Estado de São Paulo, 1986.

	Menores – Grupos de Idade					Total
	0 a 4 ¹	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 17	
Até 1/2 SM	–	186995	71460	96746	118246	473447
De mais de 1/2 a 1 SM	–	452628	126174	254930	366855	1200587
De mais de 1 a 2 SM	–	647940	150225	389841	665994	1854000
Total	–	734859	160065	411531	769281	2075736

¹ Não há informações sobre quantos não freqüentam escolas.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 13

Distribuição acumulada dos menores de idade que não freqüentam escolas, em relação a população total de cada faixa etária. Estado de São Paulo, 1986.

	Menores – Grupos de Idade					Total
	0 a 4 ¹	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 17	
Até 1/2 SM	–	13,53	3,62	3,24	6,81	4,13
De mais de 1/2 a 1 SM	–	32,76	6,39	8,54	21,13	10,47
De mais de 1 a 2 SM	–	46,89	7,61	13,06	38,35	16,16
Total	–	53,18	8,11	13,79	44,30	18,09

¹ Não há informações sobre quantos não freqüentam escolas.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 14

Pessoas de 7 anos ou mais por situação de domicílio, segundo alfabetização e grupos de idade. Estado de São Paulo, 1981.

	População Total			População Não Alfabetizada			Taxa de Analfabetismo		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Pessoas de 7 a 9 anos	1642486	1456334	186152	459546	382692	76854	27,98	26,28	41,29
Pessoas de 10 a 14 anos	2699267	2382883	316384	126341	99319	27022	4,68	4,17	8,54
Pessoas 15 de a 19 anos	2737860	2473684	264176	83294	65709	17585	3,04	2,66	6,66
Pessoas de 20 a 24 anos	2611830	2392650	219180	116079	95923	20156	4,44	4,01	9,20
Pessoas de 25 a 29 anos	2401629	2241561	160068	136094	115091	21003	5,67	5,13	13,12
Pessoas de 30 anos ou mais	9760777	8983587	777190	1856554	1563177	293377	19,02	17,40	37,75
Pessoas de 15 anos ou mais	17512096	16091482	1420614	2192021	1839900	352121	12,52	11,43	24,79

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1981. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 15

Pessoas de 7 anos ou mais por situação de domicílio, segundo alfabetização e grupos de idade. Estado de São Paulo, 1986.

	População Total			População Não Alfabetizada			Taxa de Analfabetismo		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Pessoas de 7 a 9 anos	1976032	1780769	195263	347876	294222	53654	17,60	16,52	27,48
Pessoas de 10 a 14 anos	2992294	2675603	316691	74128	56391	17737	2,48	2,11	5,60
Pessoas 15 de a 19 anos	2875938	2587275	288663	69939	50706	19233	2,43	1,96	6,66
Pessoas de 20 a 24 anos	2958850	2730550	228300	106889	95123	11766	3,61	3,48	5,15
Pessoas de 25 a 29 anos	2732883	2522153	210730	113367	96413	16954	4,15	3,82	8,05
Pessoas de 30 anos ou mais	12092767	11169893	922874	1910026	1618165	291861	15,79	14,49	31,63
Pessoas de 15 anos ou mais	20660438	19009871	1650567	2200221	1860407	339814	10,65	9,79	20,59

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1986. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 16

Pessoas de 7 anos ou mais por situação de domicílio, segundo alfabetização e grupos de idade. Região Metropolitana de São Paulo, 1981.

	População Total	População Não Alfabetizada	Taxa de Analfabetismo
Pessoas de 7 a 9 anos	791402	208904	26,40
Pessoas de 10 a 14 anos	1280890	51792	4,04
Pessoas 15 de a 19 anos	1334484	38777	2,91
Pessoas de 20 a 24 anos	1369219	58737	4,29
Pessoas de 25 a 29 anos	1318140	71084	5,39
Pessoas de 30 anos ou mais	4992750	767326	15,37
Pessoas de 15 anos ou mais	9014593	935924	10,38

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1981. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 17

Pessoas de 7 anos ou mais por situação de domicílio, segundo alfabetização e grupos de idade. Região Metropolitana de São Paulo, 1986.

	População Total	População Não Alfabetizada	Taxa de Analfabetismo
Pessoas de 7 a 9 anos	1019955	196486	19,26
Pessoas de 10 a 14 anos	1480780	21436	1,45
Pessoas 15 de a 19 anos	1401273	21434	1,53
Pessoas de 20 a 24 anos	1546886	50018	3,23
Pessoas de 25 a 29 anos	1505791	59838	3,97
Pessoas de 30 anos ou mais	6275041	783265	12,48
Pessoas de 15 anos ou mais	10728991	914555	8,52

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1986. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 18

População Total e Economicamente Ativa segundo grupos de Idade. Estado de São Paulo, 1986.

	(A) = N°	%	(B) = PEA	%	PEA/PIA (B)/(A)
População Total	30418937	100,00			
Menores	11512485	37,85			
- até 9 anos	6766205	22,24			
- de 10 a 17 anos	4746280	15,60	1557076	11,27	32,81
- 10 a 14 anos	2992294	9,84	503795	3,64	16,84
- 15 a 17 anos	1753986	5,77	1053281	7,62	60,05
Maiores de 18	18906452	62,15	12264549	88,73	64,87
Maiores de 10 anos	23652732	77,76	13821625	100,00	58,44

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF e PNAD, 1986. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 19

Pessoas de 10 a 17 anos, por situação de trabalho e frequência à escola, segundo situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade. Estado de São Paulo, 1981.

Situação do Domicílio, Sexo e Grupos de Idade	Pessoas de 10 a 17 anos							
	Números Relativos (%)							
	Números Absolutos	Situação de Trabalho e Frequência a Escola					Afazeres domésticos	Não realizam nenhuma destas atividades
		Somente estudam	PEA – Pop. Economicamente Ativa			Somente domésticos		
		Taxa de Atividade ¹	Trabalham e estudam ¹	Somente Trabalham ¹				
TOTAL	4346804	61,4	30,8	13,8	17,0	5,0	2,8	
10 a 14 anos	2699267	79,0	14,4	7,8	6,6	3,7	2,9	
15 a 17 anos	1647537	32,6	57,6	23,6	34,0	7,1	2,7	
Homens	2218523	59,0	36,7	17,4	19,3	0,4	3,9	
10 a 14 anos	1371115	77,7	17,6	10,1	7,5	0,4	4,3	
15 a 17 anos	847408	28,8	67,5	29,2	38,3	0,3	3,4	
Mulheres	2128281	63,8	24,6	10	14,6	9,8	1,7	
10 a 14 anos	1328152	80,2	11,1	5,4	5,7	7,2	1,5	
15 a 17 anos	800129	36,7	47,1	17,7	29,4	14,3	2,0	
URBANA	3858889	63,5	29,1	13,9	15,2	4,6	2,8	
10 a 14 anos	2382883	81,5	12,2	7,1	5,1	3,5	2,9	
15 a 17 anos	1476006	34,5	56,1	24,7	31,4	6,5	2,8	
Homens	1951087	61,0	34,6	17,3	17,3	0,3	4,0	
10 a 14 anos	1192371	80,6	14,8	9	5,8	0,4	4,3	
15 a 17 anos	758716	30,3	65,8	30,4	35,4	0,3	3,6	
Mulheres	1907802	66,0	23,3	10,4	12,9	9,0	1,6	
10 a 14 anos	1190512	82,4	9,7	5,3	4,4	6,6	1,5	
15 a 17 anos	717290	39,0	46,0	18,8	27,2	13,1	2,0	
RURAL	487915	44,7	44,6	13,1	31,5	8,0	2,7	
10 a 14 anos	316384	60,1	30,8	12,8	18,0	5,9	3,1	
15 a 17 anos	171531	16,3	69,9	13,6	56,3	11,9	2,0	
Homens	267436	44,6	51,5	18,1	33,4	0,5	3,4	
10 a 14 anos	178744	58,9	36,2	17,6	18,6	0,7	4,1	
15 a 17 anos	88692	15,7	82,4	19,1	63,3	0,0	2,0	
Mulheres	220479	44,9	36,0	6,9	29,1	17,1	1,9	
10 a 14 anos	137640	61,7	23,8	6,5	17,3	12,7	1,9	
15 a 17 anos	82839	16,9	56,4	7,7	48,7	24,6	2,1	

¹ Inclusive procurando trabalho.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 20

Pessoas de 10 a 17 anos, por situação de trabalho e frequência à escola, segundo situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade. Estado de São Paulo, 1986.

Situação do Domicílio, Sexo e Grupos de Idade	Pessoas de 10 a 17 anos						
	Números Absolutos	Números Relativos (%)					
		Situação de Trabalho e Frequência a Escola					
		Somente estudam	PEA – Pop. Economicamente Ativa			Afazeres domésticos	Não realizam nenhuma destas atividades
Taxa de Atividade ¹	Trabalham e estudam ¹		Somente Trabalham ¹				
TOTAL	4746280	59,4	32,8	15,4	17,4	4,6	3,1
10 a 14 anos	2992294	77,0	16,8	9,2	7,6	3,3	2,9
15 a 17 anos	1753986	29,4	60,0	26,0	34,0	7,0	3,5
Homens	2364820	55,1	39,7	19,2	20,5	0,3	4,9
10 a 14 anos	1503898	73,9	21,1	12,3	8,8	0,4	4,6
15 a 17 anos	860922	22,2	72,1	31,1	41,0	0,2	5,5
Mulheres	2381460	63,7	26,0	11,8	14,2	8,9	1,4
10 a 14 anos	1488396	80,1	12,5	6,1	6,4	6,2	1,2
15 a 17 anos	893064	36,5	48,2	21,1	27,3	13,5	1,6
URBANA	4242925	61,8	31,0	15,7	15,3	4,1	3,1
10 a 14 anos	2675603	79,4	15,1	8,8	6,3	2,8	2,8
15 a 17 anos	1567322	31,7	58,3	27,6	30,7	6,4	3,6
Homens	2096121	57,5	37,4	19,4	18,0	0,4	4,8
10 a 14 anos	1328947	76,8	18,4	11,4	7,0	0,5	4,4
15 a 17 anos	767174	24,2	70,0	33,1	36,9	0,2	5,5
Mulheres	2146804	65,9	24,9	12,2	12,7	7,8	1,4
10 a 14 anos	1346656	81,9	11,8	6,2	5,6	5,1	1,2
15 a 17 anos	800148	39,0	47,0	22,2	24,8	12,3	1,7
RURAL	503355	39,5	47,8	13,2	34,6	9,0	3,7
10 a 14 anos	316691	56,7	31,8	13,2	18,6	7,4	4,1
15 a 17 anos	186664	10,2	75,0	13,2	61,8	11,7	3,2
Homens	268699	35,8	58,2	17,6	40,6	0,0	6,0
10 a 14 anos	174951	52,0	41,7	19,2	22,5	0,0	6,3
15 a 17 anos	93748	5,5	89,1	14,6	74,5	0,0	5,4
Mulheres	234656	43,7	35,9	8,2	27,7	19,3	1,1
10 a 14 anos	141740	62,5	19,6	5,9	13,7	16,6	1,3
15 a 17 anos	92916	15,0	60,7	11,8	48,9	23,5	0,9

¹ Inclusive procurando trabalho.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 21

Pessoas de 10 a 17 anos, por situação de trabalho e frequência à escola, segundo situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade. Região Metropolitana de São Paulo, 1981.

Situação do Domicílio, Sexo e Grupos de Idade	Pessoas de 10 a 17 anos						
	Números Absolutos	Números Relativos (%)					
		Situação de Trabalho e Frequência a Escola					
	Somente estudam	PEA – Pop. Economicamente Ativa			Afazeres domésticos	Não realizam nenhuma destas atividades	
Taxa de Atividade ¹		Trabalham e estudam ¹	Somente Trabalham ¹				
TOTAL	2071844	68,4	24,5	12,6	11,9	4,5	2,6
10 a 14 anos	1280890	86,8	7,3	5,0	2,3	3,3	2,5
15 a 17 anos	790954	38,6	52,1	24,8	27,3	6,4	2,9
Homens	1029551	65,9	29,8	15,7	14,1	0,3	4,1
10 a 14 anos	628991	86,5	9,2	6,4	2,8	0,3	4,1
15 a 17 anos	400560	33,4	62,2	30,4	31,8	0,3	4,1
Mulheres	1042293	70,9	19,2	9,5	9,7	8,7	1,2
10 a 14 anos	651899	87,1	5,7	3,8	1,9	6,3	1,0
15 a 17 anos	390394	43,9	41,8	19,1	22,7	12,7	1,6

¹ Inclusive procurando trabalho.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 22

Pessoas de 10 a 17 anos, por situação de trabalho e frequência à escola, segundo situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade. Região Metropolitana de São Paulo, 1986.

Situação do Domicílio, Sexo e Grupos de Idade	Pessoas de 10 a 17 anos						
	Números Absolutos	Números Relativos (%)					
		Situação de Trabalho e Frequência a Escola					
	Somente estudam	PEA – Pop. Economicamente Ativa			Afazeres domésticos	Não realizam nenhuma destas atividades	
Taxa de Atividade ¹		Trabalham e estudam ¹	Somente Trabalham ¹				
TOTAL	2310472	66,9	26,0	14,0	12,0	3,9	3,2
10 a 14 anos	1480780	85,4	9,2	5,7	3,5	2,5	3,0
15 a 17 anos	829692	33,9	55,9	28,7	27,2	6,5	3,7
Homens	1110132	63,6	30,9	17,2	13,7	0,3	5,2
10 a 14 anos	724315	84,5	10,4	7,6	2,8	0,4	4,7
15 a 17 anos	385817	24,3	69,2	35,2	34,0	0,2	6,2
Mulheres	1200340	70,0	21,4	10,9	10,5	7,2	1,3
10 a 14 anos	756465	86,3	7,9	3,8	4,1	4,5	1,3
15 a 17 anos	443875	42,3	44,4	23,1	21,3	11,9	1,4

¹ Inclusive procurando trabalho.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 23

População e pessoas economicamente ativas, de 10 a 17 anos, segundo classes de rendimento mensal per capita e grupos de idade. Estado de São Paulo, 1981.

	Popul. ¹ 10-17	% da Popul. por classe de renda	PEA 10-17 Valor. Absol.	Taxa de Atividade	% da PEA por classe de renda	% acumulada
TOTAL	4362271	100	1321768	30,3	100,0	
s/ rend	39320	0,9	5190	13,2	0,4	0,4
até 1/4	263569	6,0	75908	28,8	5,7	6,1
+1/4 a 1/2	744715	17,1	252458	33,9	19,1	25,2
+1/2 a 1/1	1478589	33,9	517506	35,0	39,2	64,4
+1/1 a 2/1	1151687	26,4	350113	30,4	26,5	90,9
mais de 2	616469	14,1	95553	15,5	7,2	98,1
s/ decl	67992	1,6	25471	37,5	1,9	100,0
10 – 14	2716793	100	383068	14,1	100,0	
s/ rend	25130	0,9	427	1,7	0,1	0,1
até 1/4	202722	7,5	40139	19,8	10,5	10,6
+1/4 a 1/2	527199	19,4	104913	19,9	27,4	38,0
+1/2 a 1/1	918268	33,8	156106	17,0	40,8	78,7
+1/1 a 2/1	640742	23,6	60870	9,5	15,9	94,6
mais de 2	364647	13,4	13857	3,8	3,6	98,2
s/ decl	38085	1,4	6893	18,1	1,8	100,0
15 – 17	1645478	100	937922	57,0	100,0	
s/ rend	14190	0,9	4754	33,5	0,5	0,5
até 1/4	60847	3,7	35839	58,9	3,8	4,3
+1/4 a 1/2	217516	13,2	147258	67,7	15,7	20,0
+1/2 a 1/1	560321	34,1	360847	64,4	38,5	58,5
+1/1 a 2/1	510945	31,1	289195	56,6	30,8	89,3
mais de 2	251822	15,3	81590	32,4	8,7	98,0
s/ decl	29837	1,8	18588	62,3	2,0	100,0

¹ Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 24

População e pessoas economicamente ativas, de 10 a 17 anos, segundo classes de rendimento mensal per capita e grupos de idade. Estado de São Paulo, 1986.

	Popul. ¹ 10-17	% da Popul. por classe de renda	PEA 10-17 Valor. Absol.	Taxa de Atividade	% da PEA por classe de renda	% acumulada
TOTAL	4721061	100	1529624	32,4	100,0	
s/ rend	15792	0,3	0	0,0	0,0	0,0
até 1/4	140663	3,0	47122	33,5	3,1	3,1
+1/4 a 1/2	452928	9,6	142672	31,5	9,3	12,4
+1/2 a 1/1	1302969	27,6	449524	34,5	29,4	41,8
+1/1 a 2/1	1649458	34,9	625145	37,9	40,9	82,7
mais de 2	1113835	23,6	255068	22,9	16,7	99,3
s/ decl	45416	1,0	12126	26,7	0,8	100,1
10 – 14	2984538	100	495433	16,6	100,0	
s/ rend	12332	0,4	0	0,0	0,0	0,0
até 1/4	103239	3,5	25294	24,5	5,1	5,1
+1/4 a 1/2	317873	10,7	59124	18,6	11,9	17,0
+1/2 a 1/1	883727	29,6	167908	19,0	33,9	50,9
+1/1 a 2/1	992003	33,2	193441	19,5	39,0	90,0
mais de 2	649253	21,8	44798	6,9	9,0	99,9
s/ decl	26111	0,9	5144	19,7	1,0	100,1
15 – 17	1736523	100	1034968	59,6	100,0	
s/ rend	3460	0,2	0	0,0	0,0	0,0
até 1/4	37424	2,2	21856	58,4	2,1	2,1
+1/4 a 1/2	135055	7,8	83599	61,9	8,1	10,2
+1/2 a 1/1	419242	24,1	281311	67,1	27,2	37,4
+1/1 a 2/1	657455	37,9	431290	65,6	41,7	79,0
mais de 2	464582	26,8	210920	45,4	20,4	99,4
s/ decl	19305	1,1	6969	36,1	0,7	100,1

¹ Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 25

População e pessoas economicamente ativas, de 10 a 17 anos, segundo classes de rendimento mensal per capita e grupos de idade. 1981.

	Popul. ¹ 10-17	% da Popul. por classe de renda	PEA 10-17 Valor. Absol.	Taxa de Atividade	% da PEA por classe de renda	% acumulada
TOTAL	2086561	100	498688	23,9	100,0	
s/ rend	25189	1,2	1763	7,0	0,4	0,4
até 1/4	79757	3,8	13080	16,4	2,6	3,0
+1/4 a 1/2	252133	12,1	51435	20,4	10,3	13,3
+1/2 a 1/1	715932	34,3	193302	27,0	38,8	52,1
+1/1 a 2/1	626617	30,0	171693	27,4	34,4	86,5
mais de 2	361637	17,3	57862	16,0	11,6	98,1
s/ decl	25296	1,2	8272	32,7	1,7	99,7
10 – 14	1293829	100	90508	7,0	100,0	
s/ rend	17851	1,4	-	-	-	-
até 1/4	62793	4,9	6091	9,7	6,7	6,7
+1/4 a 1/2	182640	14,1	13881	7,6	15,3	22,1
+1/2 a 1/1	455845	35,2	39659	8,7	43,8	65,8
+1/1 a 2/1	353950	27,4	21945	6,2	24,2	90,1
mais de 2	205921	15,9	6178	3,0	6,8	96,9
s/ decl	14829	1,1	2595	17,5	2,9	99,8
15 – 17	792732	100	407464	51,4	100,0	
s/ rend	7338	0,9	1754	23,9	0,4	0,4
até 1/4	16964	2,1	6989	41,2	1,7	2,1
+1/4 a 1/2	69493	8,8	37526	54,0	9,2	11,4
+1/2 a 1/1	260087	32,8	153711	59,1	37,7	49,1
+1/1 a 2/1	272667	34,4	149967	55,0	36,8	85,9
mais de 2	155716	19,6	51853	33,3	12,7	98,6
s/ decl	10467	1,3	5684	54,3	1,4	100,0

¹ Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 26

População e pessoas economicamente ativas, de 10 a 17 anos, segundo classes de rendimento mensal per capita e grupos de idade. 1986.

	Popul. ¹ 10-17	% da Popul. por classe de renda	PEA 10-17 Valor. Absol.	Taxa de Atividade	% da PEA por classe de renda	% acumulada
TOTAL	2295289	100,0	585299	25,5	100,0	
s/ rend	11610	0,5	0	0,0	0,0	0,0
até 1/4	41975	1,8	4449	10,6	0,8	0,8
+1/4 a 1/2	164339	7,2	34018	20,7	5,8	6,6
+1/2 a 1/1	576059	25,1	139406	24,2	23,8	30,4
+1/1 a 2/1	829706	36,1	263847	31,8	45,1	75,5
mais de 2	641235	27,9	137224	21,4	23,4	98,9
s/ decl	30365	1,3	6255	20,6	1,1	100,0
10 – 14	1477206	100,0	132323	8,9	100,0	
s/ rend	9824	0,7	0	0,0	0,0	0,0
até 1/4	32152	2,2	2662	8,3	2,0	2,0
+1/4 a 1/2	118789	8,0	8100	6,8	6,1	8,1
+1/2 a 1/1	401900	27,2	42922	10,7	32,4	40,6
+1/1 a 2/1	513541	34,8	58339	11,3	44,1	84,7
mais de 2	384924	26,1	18552	4,9	14,0	98,7
s/ decl	16076	1,1	1797	11,1	1,4	100,0
15 – 17	818083	100,0	453218	55,4	100,0	
s/ rend	1786	0,2	0	0,0	0,0	0,0
até 1/4	9823	1,2	1788	18,2	0,4	0,4
+1/4 a 1/2	45550	5,6	25918	56,9	5,7	6,1
+1/2 a 1/1	174159	21,3	96484	55,4	21,3	27,4
+1/1 a 2/1	316165	38,6	205507	65,0	45,3	72,7
mais de 2	256311	31,3	118672	46,3	26,2	98,9
s/ decl	14289	1,7	4458	31,2	1,0	99,9

¹ Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 27

Pessoas de 10 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, por situação de trabalho e frequência à escola, segundo grupos de idade e o rendimento mensal familiar per capita. Estado de São Paulo, 1986.

Grupos de Idade e Classes de Rendimento Mensal Familiar Per Capita (Salário Mínimo)	Pessoas de 10 a 17 anos						
	Números Absolutos	Números Relativos (%)					
		Total	Situação de Trabalho e Frequência a Escola				
			Somente estudam	Trabalham e estudam ¹	Somente Trabalham ¹	Afazeres domésticos	Não realizam nenhuma destas atividades
10 a 14 anos	2984538	100,00	77,13	9,12	7,49	33,3	2,93
Até 1 SM	1304839	43,72	31,08	4,17	4,31	2,28	1,88
Mais de 1 a 2	992003	33,24	25,00	3,72	2,76	0,96	0,80
Mais de 2	649253	21,75	19,99	1,09	0,39	0,09	0,20
Sem rendimento	12332	0,41	0,35	0,00	0,00	0,00	0,60
Sem declaração	26111	0,87	0,70	0,14	0,03	0,00	0,00
15 a 17 anos	1736523	100,00	29,72	25,98	33,68	7,03	3,60
Até 1 SM	557020	32,08	6,36	6,67	15,60	3,45	0,00
Mais de 1 a 2	657455	37,86	9,58	11,06	13,78	2,46	0,98
Mais de 2	464582	26,75	12,98	8,11	4,04	1,07	0,56
Sem rendimento	3460	0,20	0,15	0,00	0,00	0,05	0,00
Sem declaração	19305	1,11	0,66	0,15	0,25	0,00	0,05
TOTAL	4721061	100,00	59,69	15,32	17,12	4,69	3,18
Até 1 SM	1861859	39,44	21,99	5,09	8,47	2,71	1,19
Mais de 1 a 2	1649458	34,94	19,32	6,42	6,81	1,51	0,87
Mais de 2	1113835	23,59	17,41	3,67	1,73	0,45	0,33
Sem rendimento	15792	0,33	0,28	0,00	0,00	0,02	0,04
Sem declaração	45416	0,96	0,69	0,15	0,11	0,00	0,02

¹ Inclusive procurando trabalho.

Obs: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 28

Pessoas ocupadas de 0 a 17 anos e rendimento médio mensal de todos os trabalhos, por grupos de horas habitualmente trabalhadas, segundo grupos de idade. Estado de São Paulo, 1981.

São Paulo - 1981

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos									
	Números absolutos	Total RMM	Números relativos (%)							
			Grupos de horas trabalhadas e rendimento médio mensal de todos os trabalhos (SM)							
			Até 20	RMM	21 a 39	RMM	40 ou mais	RMM	S/ declaração	RMM
TOTAL	1185076	0,9	5,0	0,3	12,5	0,5	82,4	0,9	0,1	0,4
10 a 14 anos	349085	0,5	12,0	0,2	21,7	0,2	66,2	0,6	0,1	0,0
15 a 17 anos	835991	1	2,1	0,6	8,6	0,7	89,1	1,1	0,1	0,6
Urbana	973336	0,9	5,1	0,4	11,6	0,6	83,1	1,0	0,1	0,4
10 a 14 anos	253283	0,5	12,9	0,2	20,5	0,3	66,4	0,7	0,2	0,0
15 a 17 anos	720053	1,1	2,4	0,6	8,4	0,8	89,1	1,1	0,1	0,6
Rural	211740	0,5	4,5	0,2	16,7	0,1	78,9	0,6	0,0	0,0
10 a 14 anos	95802	0,3	9,4	0,1	24,7	0,1	65,8	0,4	0,0	0,0
15 a 17 anos	115938	0,6	0,4	1,5	10,0	0,2	89,6	0,7	0,0	0,0

Obs: Excluídos os sem declaração de rendimentos.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 29

Pessoas ocupadas de 0 a 17 anos e rendimento médio mensal de todos os trabalhos, por grupos de horas habitualmente trabalhadas, segundo grupos de idade. Estado de São Paulo, 1986.

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos									
	Números absolutos	Total RMM	Números relativos (%)							
			Grupos de horas trabalhadas e rendimento médio mensal de todos os trabalhos (SM)							
			Até 20	RMM	21 a 39	RMM	40 ou mais	RMM	S/ declaração	RMM
TOTAL	1458771	0,7	5,6	0,4	12,3	0,7	81,6	1,3	0,1	0,5
10 a 14 anos	475511	0,4	9,9	0,3	21,3	0,6	68,7	0,9	0,2	0,5
15 a 17 anos	983260	0,9	3,5	0,6	8,5	0,9	87,9	1,4	0,1	0,5
Urbana	1220761	0,9	5,3	0,5	13,1	0,8	81,4	1,3	0,1	0,5
10 a 14 anos	376532	0,6	10,2	0,4	22,0	0,7	67,5	1,0	0,2	0,5
15 a 17 anos	844229	1,1	3,2	0,7	9,1	1,0	87,6	1,5	0,1	0,0
Rural	238010	0,4	6,7	0,3	10,5	0,2	82,8	0,8	0,0	0,0
10 a 14 anos	98979	0,2	8,5	0,3	18,6	0,2	73,0	0,6	0,0	0,0
15 a 17 anos	139031	0,5	5,5	0,3	4,8	0,1	89,7	0,9	0,0	0,0

Obs: Exclusive os sem declaração de rendimentos.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 30

Pessoas ocupadas de 0 a 17 anos e rendimento médio mensal de todos os trabalhos, por grupos de horas habitualmente trabalhadas, segundo grupos de idade. Região Metropolitana de São Paulo, 1981.

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos									
	Números absolutos	Total RMM	Números relativos (%)							
			Grupos de horas trabalhadas e rendimento médio mensal de todos os trabalhos (SM)							
			Até 20	RMM	21 a 39	RMM	40 ou mais	RMM	S/ declaração	RMM
TOTAL	422947	1,2	5,6	0,5	12,7	0,7	81,6	1,3	0,1	0,5
10 a 14 anos	79235	0,7	18,1	0,3	24	0,4	57,9	0,9	0	0
15 a 17 anos	343712	1,3	2,8	0,8	10,1	0,9	87	1,3	0,1	0,5

Obs: Exclusive os sem declaração de rendimentos.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 31

Pessoas ocupadas de 0 a 17 anos e rendimento médio mensal de todos os trabalhos, por grupos de horas habitualmente trabalhadas, segundo grupos de idade. Região Metropolitana de São Paulo, 1986.

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos									
	Números absolutos	Total RMM	Números relativos (%)							
			Grupos de horas trabalhadas e rendimento médio mensal de todos os trabalhos (SM)							
			Até 20	RMM	21 a 39	RMM	40 ou mais	RMM	S/ declaração	RMM
TOTAL	553727	1,5	4,7	0,6	12,6	1,1	82,4	1,6	0,3	0,5
10 a 14 anos	125035	1,2	10,7	0,4	22,1	1,1	66,4	1,3	0,7	0,5
15 a 17 anos	428692	1,6	2,9	0,7	9,8	1,1	87,1	1,6	0,2	0,5

Obs: Exclusive os sem declaração de rendimentos.

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 32

Pessoas ocupadas por contribuição para o INPS, segundo grupos de idade. Estado de São Paulo, 1986.

	Total	Não contribuintes		Varição percentual
			%	(1981 – 1986)
10 - 14	476404	393667	82,63	-6,12
15 – 17	985882	514027	52,14	-2,07
18 ou mais	11947357	3230108	27,04	0,26
Total	13409643	4137802	30,86	-0,15

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989, e PNAD, 1986. NEPP/UNICAMP, 1998.

Tabela 33

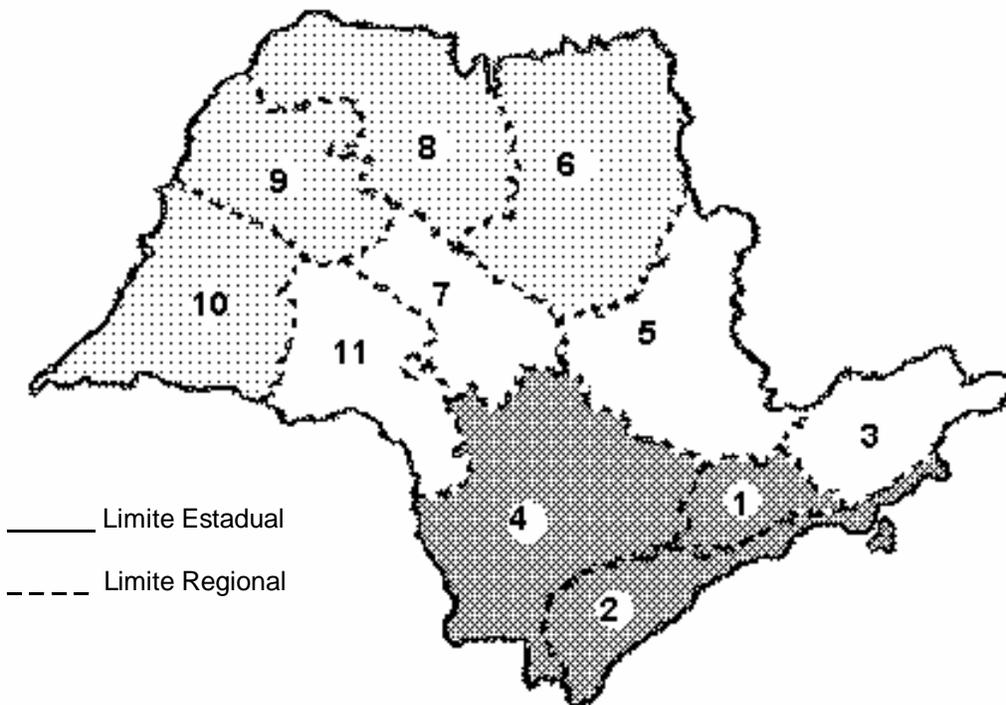
Empregados no trabalho principal, por carteira de trabalho assinada pelo empregado, segundo grupos de idade. Estado de São Paulo, 1986.

	Total	Não contribuintes		Varição percentual
			%	(1981 – 1986)
10 - 14	394424	304275	77,14	-6,37
15 – 17	902394	417552	46,27	-1,69
18 ou mais	9203247	2434453	26,45	0,89
Total	10500065	3156280	30,06	0,63

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. IBGE/UNICEF, 1989, e PNAD, 1986. NEPP/UNICAMP, 1998.

Mapa 1

Regiões administrativas do Estado de São Paulo, segundo índices de mortalidade infantil.
1980 - 1984



1. Grande São Paulo
2. Litoral
3. Vale do Paraíba
4. Sorocaba
5. Campinas
6. Ribeirão Preto
7. Bauru
8. São José do Rio Preto
9. Araçatuba
10. Presidente Prudente
11. Marília

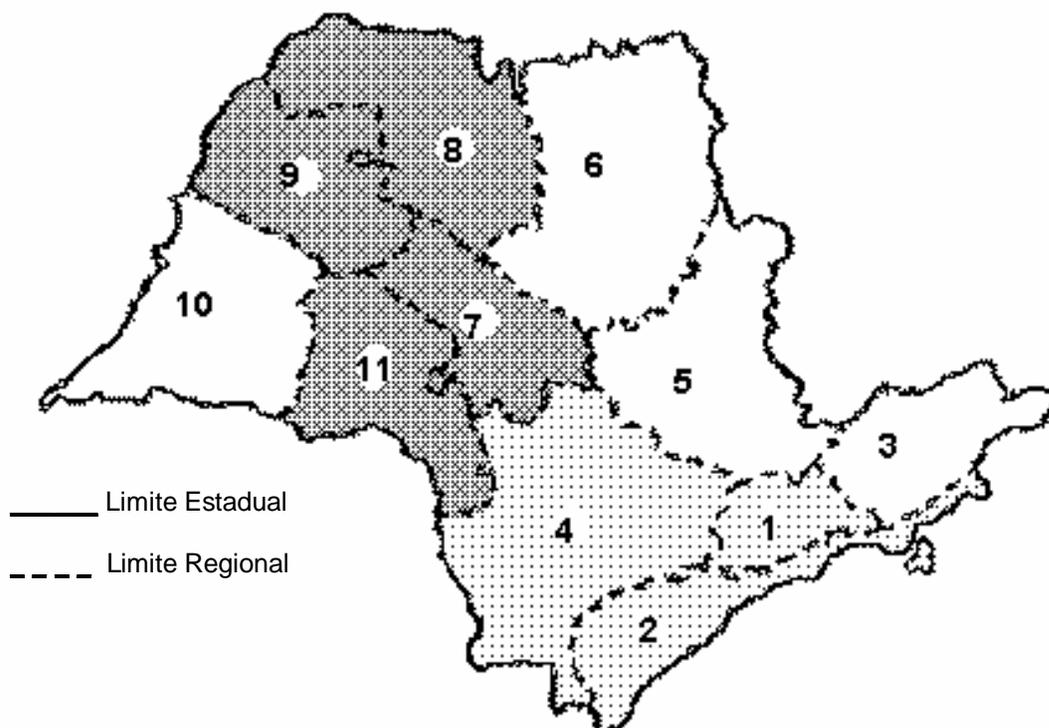
- Grupo I : Taxas mais baixas

- Grupo II : Taxas intermediárias

- Grupo III: Taxas mais altas

Mapa 2

Regiões administrativas do Estado de São Paulo, segundo níveis de percentuais de óbitos por moléstias infecciosas e parasitárias em relação à mortalidade infantil total. 1980 - 1984



12. Grande São Paulo

13. Litoral

14. Vale do Paraíba

15. Sorocaba

16. Campinas

17. Ribeirão Preto

18. Bauru

19. São José do Rio Preto

20. Araçatuba

21. Presidente Prudente

22. Marília

■ - Grupo I : Taxas mais baixas

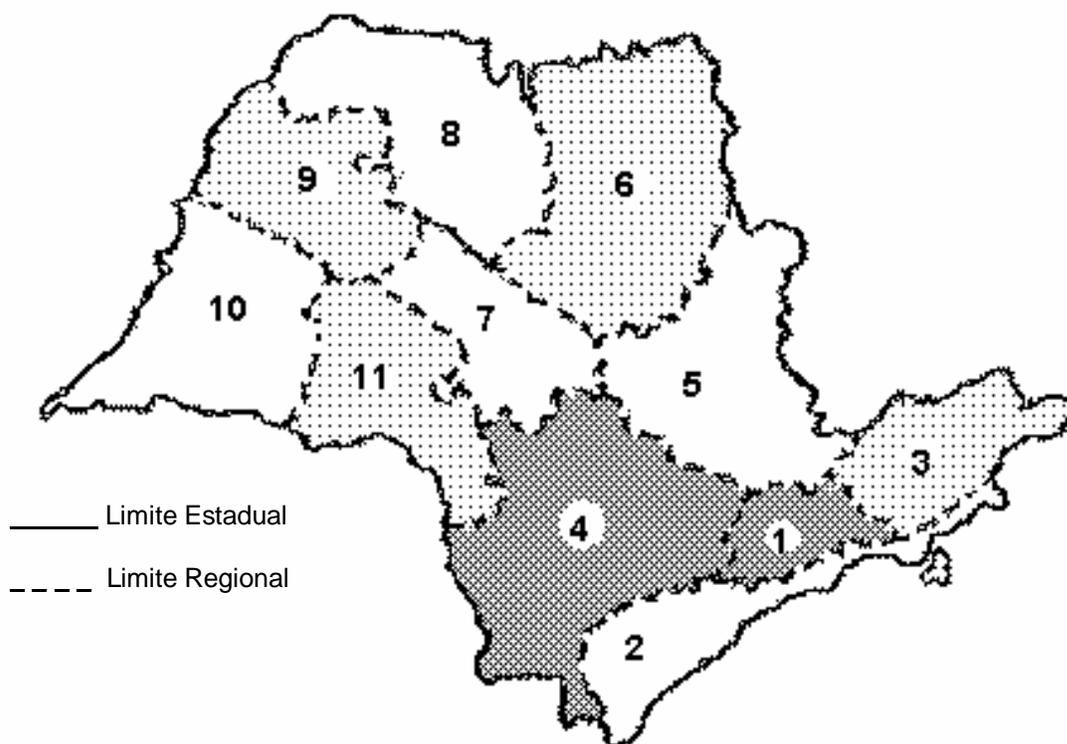
□ - Grupo II : Taxas intermediárias

■ - Grupo III: Taxas mais altas

Mapa 3

Regiões administrativas do Estado de São Paulo, segundo níveis de percentuais de óbitos por doenças perinatais em relação à mortalidade infantil total.

1980 - 1984



23. Grande São Paulo

24. Litoral

25. Vale do Paraíba

26. Sorocaba

27. Campinas

28. Ribeirão Preto

29. Bauru

30. São José do Rio Preto

31. Araçatuba

32. Presidente Prudente

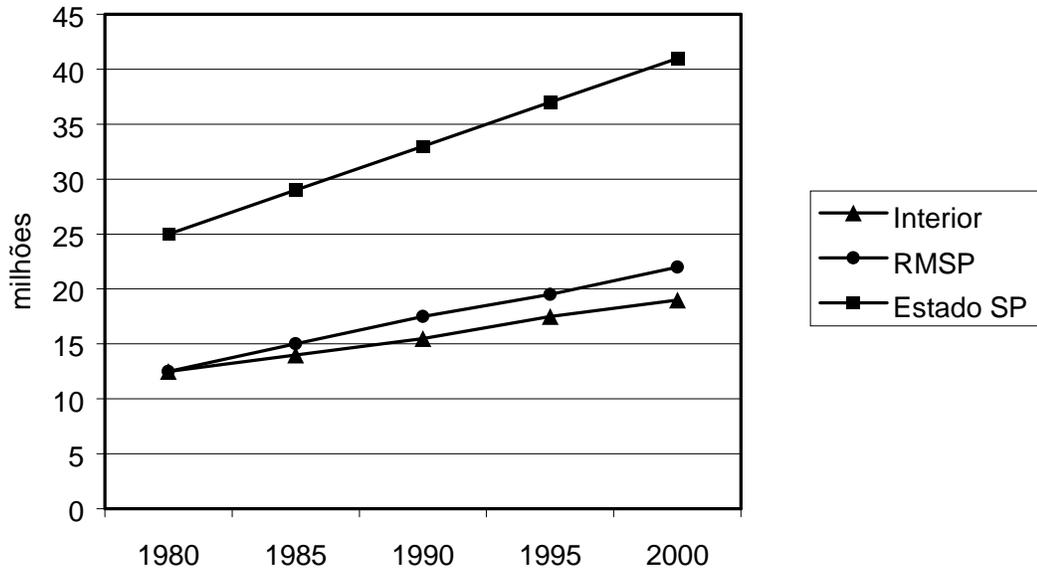
33. Marília

■ - Grupo I : Taxas mais baixas

□ - Grupo II : Taxas intermediárias

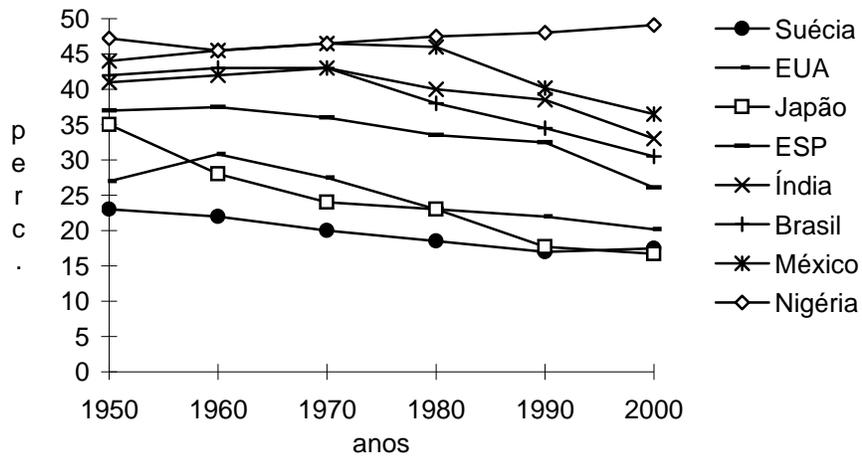
■ - Grupo III: Taxas mais altas

Evolução da população do Estado de SP.
Interior e R. Metrop. de SP. 1980 – 2000.



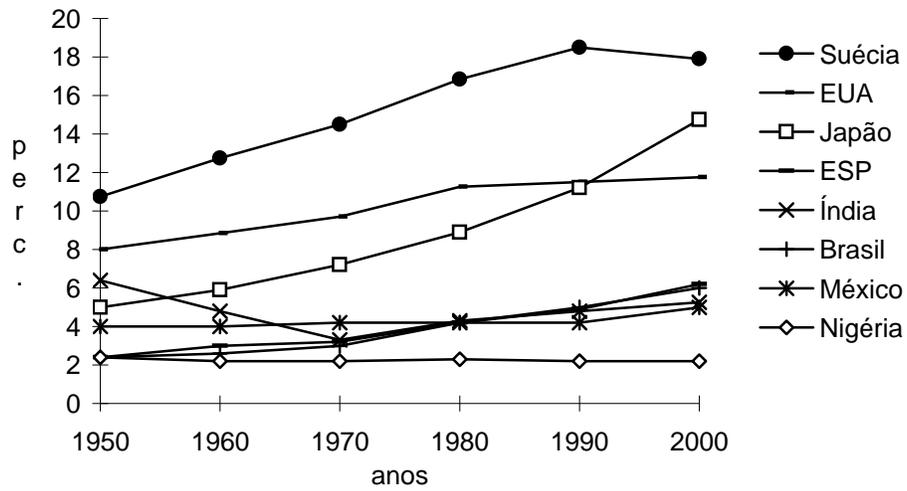
NEPP/UNICAMP, 1998.

Participação da População menor de 15 no total da população. Est. SP, Brasil e outros países.

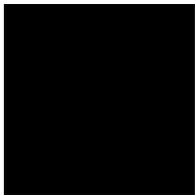


NEPP/UNICAMP, 1998.

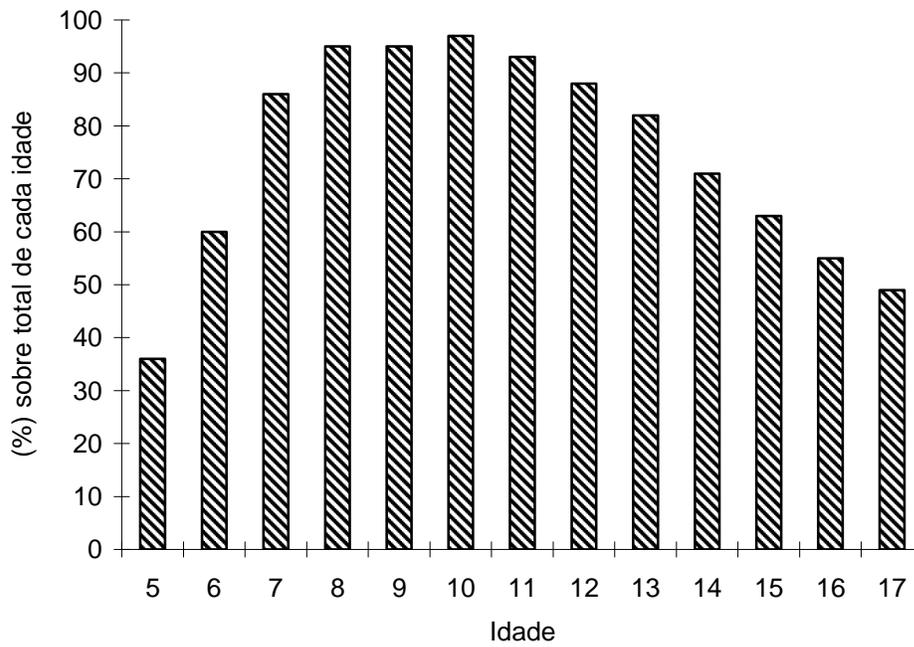
Participação da população de 65 anos e mais no total da população. Est. SP, Brasil e outros países.



Mortalidade Infantil. Estado de São Paulo

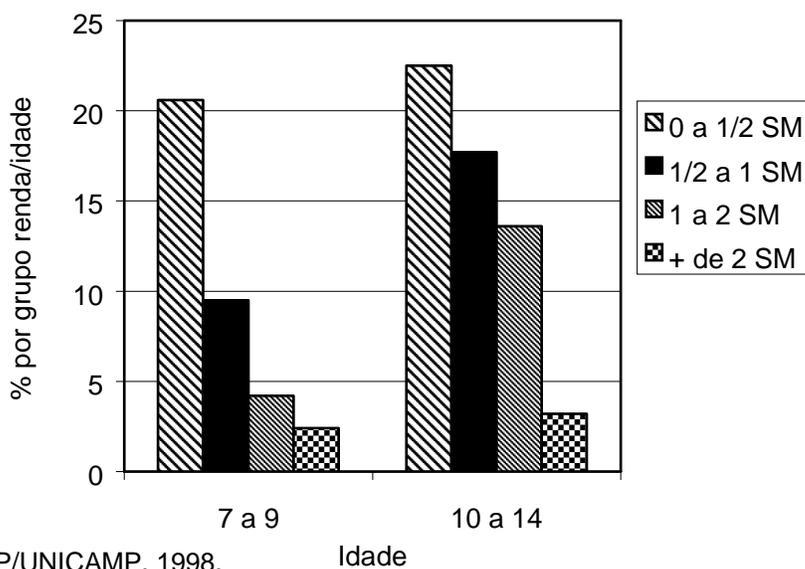


Taxa de freqüência a escola.
Estado de São Paulo - 1986



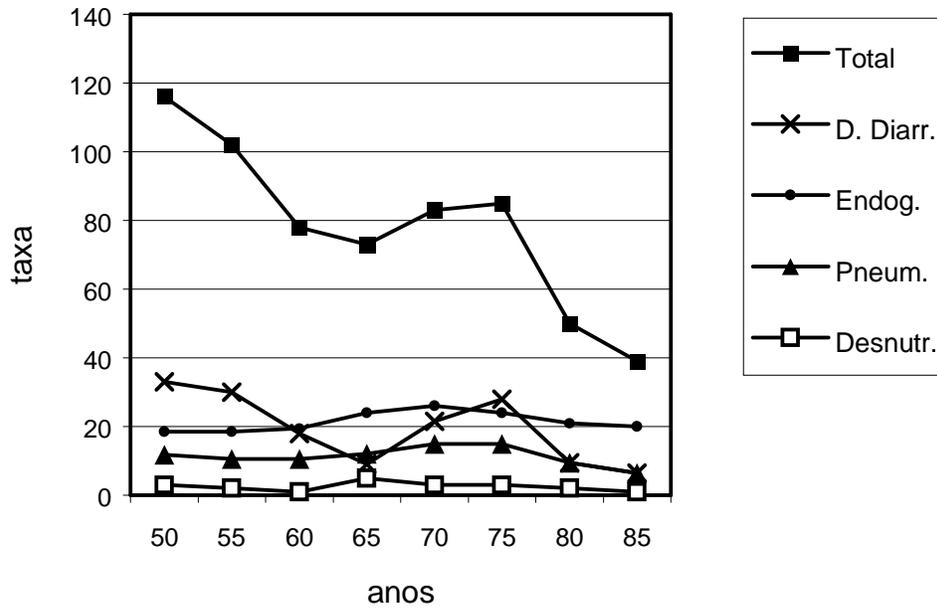
NEPP/UNICAMP, 1998.

Taxa de não freqüência a escola
Estado de São Paulo - 1996



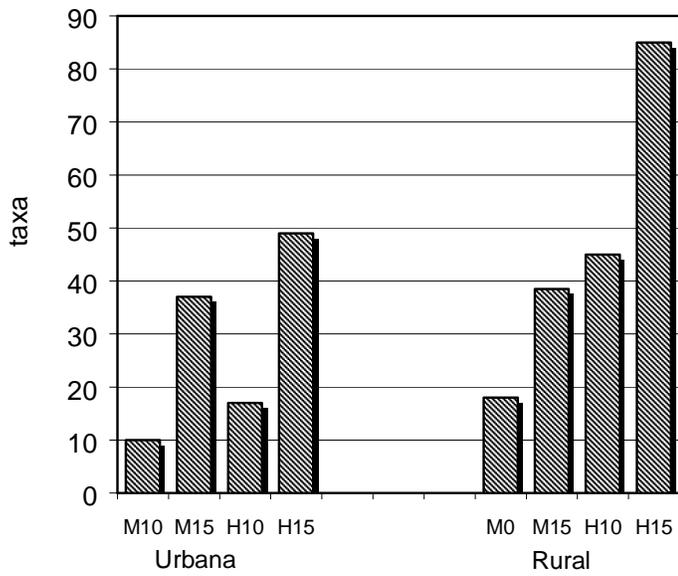
NEPP/UNICAMP, 1998.

Mortalidade infantil, causas de morte.
Estado de São Paulo. 1950 – 1986.



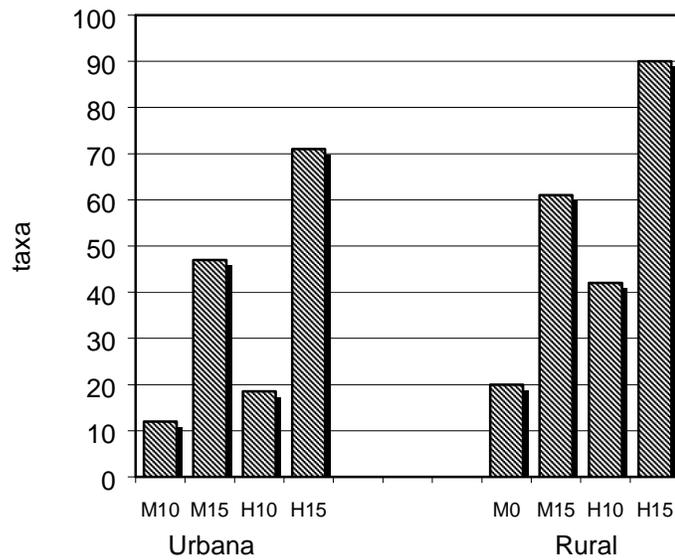
NEPP/UNICAMP, 1998.

Taxas de ocupação
Brasil. 1986.



NEPP/UNICAMP, 1998.

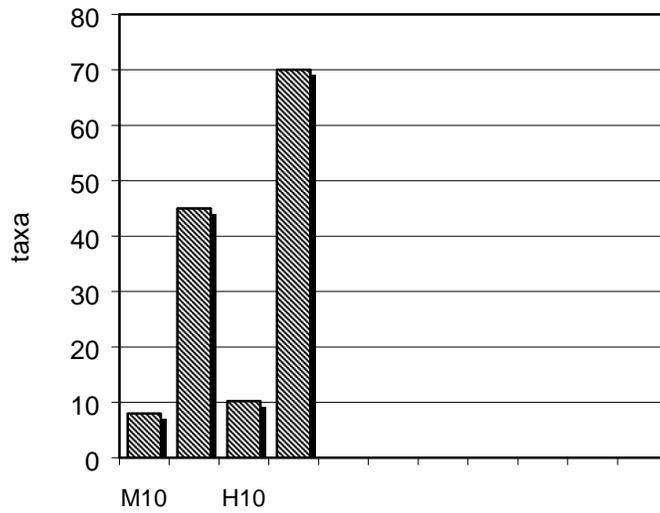
Taxas de ocupação
E.S.P. 1986.



NEPP/UNICAMP, 1998.

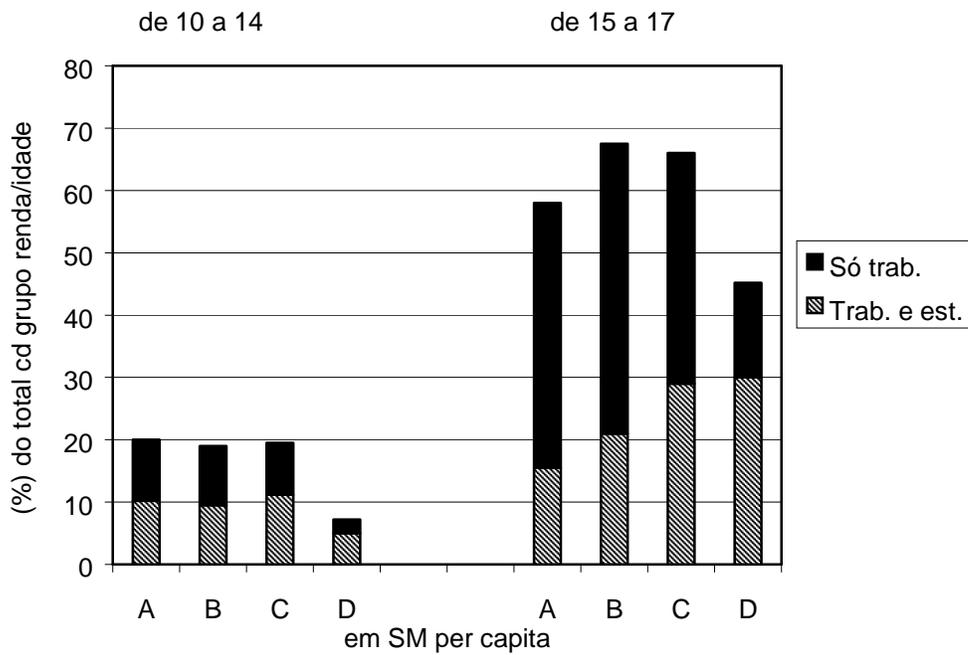
Taxas de ocupação

Reg. Metropolitana de SP. 1986.



NEPP/UNICAMP, 1998.

E.S.P. 1986. Menores trabalhadores



NEPP/UNICAMP, 1998.

NÚMEROS ANTERIORES DOS CADERNOS DE PESQUISA DO NEPP

HENRIQUE, W., DRAIBE, S. M. Caderno de Pesquisa nº 1. *Políticas Públicas e Gestão da Crise: Um Balanço da Literatura Internacional* – 1987.

CANESQUI, A. M., QUEIROZ, M. S. Caderno de Pesquisa nº 2. *Campinas: População, Situação de Saúde e Organização do Cuidado Médico* – 1987.

CASTRO, M. H. G. Caderno de Pesquisa nº 3. *Governo Local, Processo e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico* – 1988.

SALM, C. L., DECADA, C. S., TUMA, F. M., COUTINHO, M. Caderno de Pesquisa nº 4. *Financiamento das Políticas Sociais* – 1988.

VIANA, A. L. Caderno de Pesquisa nº 5. *Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas* – 1988.

MERHY, E. L., CAMPOS, G. W. S., QUEIROZ, M. S. Caderno de Pesquisa nº 6. *Processo de Trabalho e Tecnologia na Rede Básica de Serviços de Saúde: Alguns Aspectos Teóricos e Históricos* – 1989.

QUEIROZ, M. S., CANESQUI, A. M. Caderno de Pesquisa nº 7. *Famílias Trabalhadoras e Representações Sobre Saúde, Doença e Aspectos Institucionais da Medicina “Oficial” e “Popular”* – 1989.

DRAIBE, S. M. Caderno de Pesquisa nº 8. *Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas* – 1988.

FIGUEIREDO, A. M. C. Caderno de Pesquisa nº 9. *Justiça e Igualdade* – 1989.

DRAIBE, S. M. Caderno de Pesquisa nº 10. *Há Tendências e Tendências: Com que Estado de Bem-Estar Social Haveremos de Conviver neste Fim de Século?* – 1989.